



ATA N.º 17 – Aos dez dias do mês de fevereiro do ano dois mil e doze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e trinta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelos senhores Sérgio Reis Ribeiro e Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – **Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 2 – **Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa – PUACL;**
- 3 – **Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Área Metropolitana do Porto para o ano 2012 (para conhecimento);**
- 4 – **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira**  
- **Designação de quatro pessoas de entre cidadãos eleitores (Lei n.º 147/99, art.º 17.º, alínea I);**
- 5 – **Procedimento de aquisição de serviços “Fornecimento de refeições escolares em confeção local e refeições a transportar para jardins de infância e escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Município de Santa Maria da Feira”**  
- **Autorização da repartição de encargos.**

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Celestino Augusto Soares Portela, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Márcio dos Santos Correia.

O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, saudando os membros presentes. --- Foi dada nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de cinco credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Manuel Pereira dos Santos; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – David Manuel Pinho Soares Ferreira; uma do Sr. Presidente



27/5  
g.  
c.

da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Maria Rosa de Jesus Costa Santos; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Alberto de Oliveira Tavares; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Vale, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Paulo Jorge Lopes e Silva. -----

A Assembleia foi ainda informada, pela Mesa, de que cinco deputados municipais – Adriana Marisa da Silva Cardoso (PSD), Ângelo César da Silva Castro (PSD), Samanta Joana da Silva Maia (PS), António de Oliveira e Silva (BE), e Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes (CDU) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos nesta sessão. -----

Quanto à substituição da deputada municipal Adriana Cardoso, o Sr. Presidente da Assembleia comunicou que, nos termos da Lei, a mesma é substituída pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do PSD, ou seja, pelo Sr. Alberto de Oliveira Malta, que se encontrava presente para o efeito. -----

Relativamente à substituição do membro Ângelo Castro, referiu que os dois cidadãos a seguir na lista da mesma força partidária (PSD) – Maria Isabel Fontes Ribeiro da Silva e Rui Fernando Guedes Ribeiro – solicitaram, de igual modo, serem substituídos na presente sessão. Verificando que o cidadão seguinte dessa mesma lista – Samuel Almeida Reis – se encontrava presente para o efeito, informou a Assembleia que o Sr. Samuel Reis substituíra, na sessão, o membro Ângelo Castro. -----

Relativamente à substituição da deputada municipal Samanta Maia, comunicou que o cidadão imediatamente a seguir na lista do PS – Manuel António de Oliveira Ferreira, apesar de devidamente avisado da situação, ainda não se encontrava presente na sessão. Disse que se, entretanto, o Sr. António Ferreira chegasse, participaria na sessão substituindo, na mesma, a deputada municipal Samanta Maia. -----

Informou, ainda, que o membro António de Oliveira Silva é substituído, na sessão, pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do BE – Nuno Miguel Pinto Serrano – que se encontrava presente para o efeito. -----

Quanto à substituição da deputada municipal Lúcia Gomes, referiu que os onze cidadãos a seguir na lista da mesma força partidária (PSD) – Ricardo Jorge Dias Cardoso, Pedro Lopes



Handwritten initials and signature in the top right corner.

de Almeida, Isabel Cristina Pereira de Sousa Gomes, Manuel Luís de Lima e Silva, Armando José Lima Morais, Ana Marília Pinto Moreira Capela, Luís Filipe Toca Quintino, Afonso Resende Silva, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, José Dias de Pinho e Isabel Leonor Violas de Sá – solicitaram, de igual modo, serem substituídos na presente sessão. Verificando que o cidadão seguinte dessa mesma lista – Filipe Ramiro Tavares Moreira – se encontrava presente para o efeito, informou a Assembleia que o Sr. Filipe Moreira substituíra, na sessão, a deputada municipal Lúcia Gomes. -----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa; António Alves Cardoso; António André da Silva Topa; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Carlos Pinto da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Leandro José Dias dos Reis; Manuel da Mota Pinho; Manuel Fernandes Pinheiro; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Canedo – Vítor Carlos Latourrette Marques; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Espargo – Susana Alexandra Lopes Correia; Fiães – Bernardino Henriques Ribeiro; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Gião – Manuel Joaquim Baptista Cardoso; Guisande – Mário Luís Fernandes da Silva; Lobão – José Henriques dos Santos; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Sérgio Reis Ribeiro; Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Sanfins – José Fernandes Leite; Sanguedo – José Nogueira da Silva; S. João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; São Miguel de Souto – António Feliciano Tavares Pinho; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; e Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva. ---



Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão extraordinária de 13 de janeiro de 2012:-----

- “Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, remetendo o teor de uma moção aprovada pela Assembleia de Freguesia de Pigeiros, entregue à Mesa da Assembleia Municipal no decorrer da sua sessão extraordinária de 13 de janeiro de 2012, pelo membro António Cardoso, a propósito do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia de três moções aprovadas na sessão ordinária realizada por aquela Assembleia no passado dia 14 de dezembro de 2011, apresentadas pelos eleitos da CDU, intituladas “Em Defesa do polo do Porto da Cinemateca Portuguesa”, “Em defesa dos transportes públicos a preços sociais” e “Solidariedade com as conclusões do XIII Congresso da ANAFRE”; -----
- Ofício do Presidente da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando o Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da AMP para o ano de 2012; -----
- Convite do Agrupamento de Escolas de Arrifana, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na Sessão Escolar, no âmbito do projeto Parlamento dos Jovens, evento que se realizou no passado dia 23 de janeiro de 2012; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 09 de janeiro de 2012; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a Sua Excelência o Secretário de Estado do Orçamento, tomando a iniciativa de solicitar que o mesmo se dignasse



- promover uma clarificação e a fixação de uma orientação interpretativa, relativamente à nova redação dada ao artigo 9.º da Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro, pelo artigo 172.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro (que aprovou o Orçamento de Estado para 2011), relativamente à inclusão, ou não, de certos abonos naqueles que passou a ser vedado aos pensionistas que são titulares de cargos políticos;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que compõem a Comissão de Acompanhamento à Reforma da Administração Local, convocando-os para a primeira reunião de trabalho daquela Comissão, a realizar no dia 04 de fevereiro de 2012; -
  - Ofício do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informações na sequência do requerimento apresentado pelo deputado municipal António de Oliveira e Silva, sobre o assunto “Incêndio na Freguesia de Fornos”; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 10 de fevereiro de 2012, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 10 de fevereiro de 2012, e indicando a respetiva Ordem do Dia; -----
  - Ofício da IGAL – Inspeção-Geral da Administração Local, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando que foi remetido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal o Relatório Parcelar N.º 4, resultado da Inspeção Ordinária ao Município de Santa Maria da Feira – Eventuais Responsabilidades Financeiras, pelo que deveria solicitar cópia desse expediente ao Executivo da Câmara Municipal;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao deputado municipal António de Oliveira e Silva, remetendo fotocópia do ofício que entretanto lhe havia sido endereçado pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, onde são prestadas informações na sequência do requerimento apresentado por aquele deputado municipal, sobre o assunto “Incêndio na Freguesia de Fornos”; -----
  - Ofício do Presidente da Comissão Executiva da AMP – Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da iPorto 22 – agenda



T/M/27  
g.  
C

- metropolitana da cultura (bimestre de janeiro e fevereiro de 2012) que reúne os vários eventos da área da cultura dos 16 Municípios que integram a AMP;-----
- Comunicação do munícipe Carlos Gomes Rodrigues, da freguesia de Paços de Brandão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentando, em complemento de uma sua comunicação anterior, mais algumas sugestões relativamente à Reforma da Administração Local no Concelho de Santa Maria da Feira;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que compõem a Comissão de Acompanhamento à Reforma da Administração Local, agendando nova data para a realização da primeira reunião de trabalho daquela Comissão, inicialmente prevista para o dia 04 de fevereiro de 2012, passando para o dia 18 de fevereiro de 2012; -----
  - E-mail de Manuel Gama – Bolseiro de Investigação da FCT, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no âmbito de uma investigação que o mesmo está a levar a cabo, intitulada “Políticas Culturais: Iniciativas Públicas, Parcerias Privadas, Redes e Públicos – Um olhar transversal pela janela-écran de Serralves...”;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 10 de fevereiro de 2012; -----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), relativo a aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 10 de fevereiro de 2012;-----
  - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, do aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 10 de fevereiro de 2012;-----
  - E-mail da deputada municipal Adriana Marisa Cardoso (PSD), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 10 de fevereiro de 2012, por estar a frequentar um Mestrado em horário pós-laboral e ter, no mesmo dia, uma defesa de um trabalho que constitui momento de avaliação e cuja data não lhe é permitido alterar, solicitando, por esse motivo, a justificação da respetiva falta bem como a sua substituição na sessão, nos termos legais; -
-



- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Rio Meão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o documento aprovado pela respetiva Assembleia de Freguesia, sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local;-----
- Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia do Relatório Parcelar N.º 4, resultado da Inspeção Ordinária ao Município de Santa Maria da Feira – Eventuais Responsabilidades Financeiras, que entretanto lhe havia sido remetido pela IGAL – Inspeção-Geral da Administração Local; --
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, prestando informações na sequência do requerimento apresentado pelo deputado municipal António de Oliveira e Silva, sobre o assunto “Protocolos com órgãos de comunicação social”; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 23 de janeiro de 2012;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Sanguedo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo as atas daquela Junta de Freguesia e da respetiva Assembleia de Freguesia, sobre a Reforma da Administração Local;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de São Miguel de Souto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia da Moção aprovada pela respetiva Assembleia de Freguesia, sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao deputado municipal António de Oliveira e Silva, remetendo fotocópia do ofício que entretanto lhe havia sido endereçado pelo Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal, Municipal, onde são prestadas informações na sequência do requerimento apresentado por aquele deputado municipal, sobre o assunto “Protocolos com órgãos de comunicação social”;-----
- E-mail do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular 8/2012-PB, informando que se encontra disponível no site daquela Associação a Proposta de Lei n.º 44/XII,



*Handwritten initials and signature*

- relativa à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica; -----
- E-mail da deputada municipal Lúcia Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo pedido de substituição conjunta, dela e dos 11 cidadãos seguintes na lista eleitoral da CDU – nomeadamente os cidadãos Ricardo Cardoso, Pedro Lopes Almeida, Isabel Gomes, Manuel Luís, Armando Morais, Ana Marília Capela, Luís Quintino, Afonso Silva, Joana Lima, José Pinho, e Isabel Sá – solicitando a justificação das respetivas faltas a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 10 de fevereiro de 2012, por não poderem estar presentes por motivos profissionais, bem como a sua substituição pelo cidadão que se segue naquela mesma lista (o 13.º), no caso o cidadão Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----
  - Ofício do Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o relatório ilustrativo da atividade de 2011, bem como o plano para o ano de 2012; -----
  - Diversos jornais e revistas.”-----

**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que deu entrada na Mesa um voto de pesar subscrito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão – Mário Jorge Reis, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“No dia 31 de Janeiro do corrente ano, faleceu o Sr. Armando Soares dos Reis, membro da Assembleia de Freguesia de Rio Meão, depois de ter liderado os destinos da nossa Vila, de 1983 a 1997, como presidente da Junta e por inerência, membro da Assembleia Municipal. ---  
A Junta de Freguesia de Rio Meão solicita ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, se digne propor a este órgão um voto de pesar pela perda do cidadão e autarca, que depois de aprovado deverá ser transmitido pelos serviços desta Assembleia à família.” -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 57 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar o Voto de Pesar em referência, tendo-se, em seguida, aguardado um minuto de silêncio em memória do Sr. Armando Soares dos Reis. -----





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou de que deram entrada na Mesa três moções, uma apresentada pelo membro António Cardoso (PS) e duas pelo membro Nuno Serrano (BE), bem como uma recomendação, também apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE). -----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que seria feita a leitura dos referidos documentos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais, para se pronunciarem sobre os mesmos. Pediu, em seguida, a um dos Secretários da Mesa para efetuar a leitura dos documentos em referência, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

*Moção apresentada pelo membro António Cardoso (PS):*-----

“Considerando que o critério estabelecido pelo Governo para a reorganização territorial das freguesias não se aplica à realidade das freguesias do nosso concelho, quer pelas suas diferentes densidades populacionais, que variam entre os 150 e os 1200 habitantes por Km<sup>2</sup>, quer pelo número de habitantes, que varia entre os 1200 habitantes para a freguesia com menos população aos 12.000 habitantes para a freguesia com mais população.-----

Os eleitos do PS na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira propõem que: -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, respeite integralmente as decisões que forem tomadas pelas Assembleias de Freguesia sobre a sua integração ou não com outras freguesias. Esta solidariedade com a vontade dos eleitos nas Assembleias de Freguesias é a forma mais viva de sentirmos o verdadeiro espírito feirense. -----

Sendo aprovada, esta moção deve ser enviada:-----

A todas as Assembleias e Juntas de Freguesia-----

À Câmara Municipal de Santa Maria da Feira-----

Aos representantes dos Partidos com assento na Assembleia Municipal.”-----

*Recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):*-----

“TRANSPORTES ESCOLARES -----

O Governo resolveu dar uma machadada no acesso ao ensino, acabando a comparticipação dos passes escolares o que faz aumentar brutalmente o gasto mensal das famílias nestes mesmos passes.-----

– Alunos que pagavam cerca de 36 euros em Janeiro, passaram a pagar no mês de Fevereiro



67 Euros. -----  
- Quem pagava 25 euros em Janeiro, passou a pagar 55 Euros. -----  
- Um aluno que pagava 23 euros em Janeiro, paga agora 48 Euros. -----  
Esta medida é inaceitável, num país que gasta milhões de euros a distribuir tachos às clientelas dos partidos do governo e agora desinveste na educação que é o centro de uma sociedade que se quer avançada, moderna e competitiva. -----  
Esta posição do governo é injustificável e só mostra a sua imensa falta de sensibilidade social, assim como o desconhecimento das reais dificuldades de vida das pessoas. Numa altura em que milhares de famílias lutam contra o desemprego, salários em atraso, aumento de impostos e aumentos do custo de vida, o Governo vem tornar ainda mais difíceis as dificuldades de vida e vem dificultar o acesso à escola. -----  
É urgente inverter estas políticas e estas medidas. Ou se toma o lado da austeridade, ou se toma o lugar das pessoas. O governo fanaticamente e sem quaisquer pieguices quer o lugar da austeridade contra as pessoas; os cidadãos exigem uma política pelas pessoas e, necessariamente, contra a austeridade. -----  
Assim sendo a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje dia 10 de Fevereiro de 2012, recomenda à Câmara Municipal: -----  
1. Que participe nos passes escolares também nos 25% agora retirados pelo governo, promovendo assim a equidade social, facilitando o acesso universal de todos os feirenses, sem exceção ao ensino, encetando assim uma política que vai de encontro às reais necessidades das famílias do Concelho.” -----

*Moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):* -----

“CONTRA A DESTRUIÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES -----

O Governo assinou, com os patrões e a UGT, o “Compromisso para o crescimento, competitividade e emprego”. É incrível, mas é verdade, para o crescimento, competitividade e emprego. Reconheçamos, no meio da maior crise de que há memória, o Governo mantém um refinado sentido de ironia. -----

A ler o acordo constate-se a inexistência de uma única ideia de crescimento económico e o ideal de competitividade, que aqui é claro, é o caminhar para salários e práticas laborais asiáticas. -----



Diz António Saraiva, presidente da confederação dos patrões, que vamos viver “num quadro mais penalizador para os trabalhadores”.-----

É isso mesmo. Não há uma medida aprovada, uma única, que não piore os direitos dos trabalhadores. Trabalhar mais horas por menos dinheiro, despedimentos mais fáceis e muito mais baratos, férias escolhidas pelo patrão e horários de trabalho desregulados em nome dos interesses exclusivos da empresa. É um verdadeiro jackpot para os patrões.-----

O primeiro-ministro diz que este acordo é “inovador e audaz”. Ouve-se e não se acredita. Onde é que está a inovação em garantir a competitividade da economia com mais dias de trabalho e salários mais baixos? Onde é que mora a audácia em tornar os despedimentos mais baratos e em reduzir o apoio a quem ficou sem trabalho? Não, este acordo não é “inovador e audaz”, mas “brutal e desequilibrado”. É a velha receita de sempre, levada até aonde a direita nunca ousou chegar.-----

Em nome do combate à crise da dívida, e de um suposto aumento de competitividade que assenta na lógica dos salários baixos que tem condenado a nossa economia, o Governo está a ajustar contas com o mundo do trabalho. A transferência de recursos dos trabalhadores para o capital, num contexto de forte crise social, é este e unicamente este o propósito deste acordo.-- Se o problema da economia nacional fossem os salários, há muito que éramos dos países mais competitivos da Europa.-----

Alguém acredita que um trabalhador, isolado e aterrorizado com o desemprego crescente, tem alguma capacidade para não aceitar o horário apresentado pelo patrão?-----

É a velha ideia da direita, que nunca reconheceu a desigualdade existente nas relações de trabalho. Alguém acredita que Belmiro de Azevedo e a trabalhadora da caixa do hipermercado estão em pé de igualdade quando se trata de negociar condições de trabalho. Não estão, e o Governo sabe que não estão.-----

Quem é que sabe, com a imprevisibilidade dos horários, quando é que pode ir buscar os filhos à creche ou à escola? Quem é que tem tempo para os seus filhos quando o sábado pode ser um dia como os outros, semana após semana?-----

O ministro Álvaro Pereira em entrevista num canal televisivo, foi sintomático do irrealismo que marca o Governo. Este acordo “mostra ao mundo, e aos mercados, que os portugueses se sabem unir”. Acalmar os mercados é a senha do Governo para todas as suas medidas de austeridade e retrocesso social.-----



Acalmar os mercados para justificar o aumento de imposto. Cortar os subsídios de natal e de férias para mostrar aos mercados. PSD e CDS governam para os mercados, mas quando tomaram posse pagávamos 9,3% de juros, e hoje vamos nos 14,7%. -----  
Em nome da acalmia dos mercados, a direita prepara-se para destruir um país. O Governo que, em nome da acalmia dos mercados coloca o país no desassossego, verá a indignação de um país que não aceita ser chantageado e pisado nos seus direitos. -----  
Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje dia 10 de Fevereiro de 2012, manifesta-se contra este acordo, que desregula as relações laborais, empobrecendo ainda mais o País, colocando-o nos patamares de países que são regimes de ditadura, como Angola e China, que são os parceiros privilegiados deste governo.”-----

*Moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):*-----

“A PIEGUICE DO 1.º MINISTRO-----

Este governo impôs aos portugueses os maiores sacrifícios das últimas décadas. As populações empobreceram de forma drástica, as desigualdades sociais ampliaram-se assustadoramente e a economia bateu no fundo. -----

Recentemente o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho veio agora insultar os portugueses. “Pede” que os portugueses sejam menos “piegas”, o que significa que, no seu esclarecido entendimento, já são piegas e que Passos Coelho se acha no direito de lhes chamar isso mesmo. O abuso do cargo que ocupa para insultar os cidadãos é por demais evidente.-----  
Mas não nos deixemos enganar. Com este tipo de afirmações Passos Coelho apenas demonstra que é incompetente politicamente. Um governante que insulta o povo que governa é um político falido. -----

O que Passos Coelho com o seu discurso pretende é ocultar isto mesmo. Os seus planos de “enriquecimento via empobrecimento” não se vão concretizar, basta olhar para a Grécia. -----

Este é um Primeiro-ministro que está claramente enrascado, por isso opta por uma solução que é muito simples: preventivamente, vai já atirando as culpas do seu falhanço para cima dos outros.-----

Para tal, inventa defeitos ao povo que governa: é um povo preguiçoso, pouco exigente, conformista, agarrado ao passado, e ainda por cima, acabou de o fazer saber, um povo de piegas.-----



Logo, quando as consequências das políticas falhadas de Passos Coelho se tomarem, para todos, evidentes, Passos Coelho já terá uma justificação: poderá dizer que a culpa não foi dele, que a culpa foi dos portugueses, que os portugueses é que não estiveram à altura das suas superiores qualidades de governante. -----

Assim sendo, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida hoje dia 10 de Fevereiro de 2012, repudia energicamente as declarações do primeiro-ministro que são insulto gratuito, a todos nós cidadãos portugueses.” -----

*Entretanto, entraram os membros Adriano Serafim Resende Martins, António Domingues Pereira, Lia Andreia Cristóvão Ferreira, e o Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos. Entrou, também, o Sr. Manuel António Oliveira Ferreira, em substituição da deputada municipal Samanta Maia (substituição anunciada no início da sessão). -----*

Interveio o membro **António Cardoso** (PS) que começou por dizer, relativamente à moção que apresentou no âmbito da reorganização administrativa territorial, que essa reorganização tem um conjunto de objetivos, nomeadamente, a promoção da coesão territorial; o alargamento das atribuições e competências das freguesias; o aprofundamento da capacidade de intervenção das Juntas de Freguesia; a melhoria dos serviços de proximidade; a promoção de ganhos de escala, de eficiência e da massa crítica nas autarquias locais; bem como a reestruturação, por agregação, de um número significativo de freguesias em todo o território nacional, com especial incidência nos lugares urbanos. Salientou que esses objetivos não fazem qualquer sentido e não se adequam à realidade do Município de Santa Maria da Feira. -- Ressaltou que o Partido Socialista, refletindo sobre essa problemática, entende que se deve deixar às Assembleias de Freguesia decidir qual o caminho que querem seguir, sublinhando que as Assembleias de Freguesia são as forças mais representativas das populações e que, portanto, a Assembleia Municipal deve ser solidária com as Assembleias de Freguesia e respeitar a vontade manifestada pelas mesmas. -----

Concluindo, disse que os membros eleitos pelo PS votavam contra a recomendação relativa aos transportes escolares e que optavam pela abstenção nas duas moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda. -----



Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por dizer, relativamente à moção apresentada pelo Partido Socialista, que espera que o Partido Socialista, na Assembleia da República, seja coerente e defenda que as populações devem ser ouvidas no âmbito da reorganização administrativa territorial, ressaltando, a esse propósito, que o único instrumento que existe para que as populações sejam ouvidas é o referendo local. -----

Sobre a recomendação relativa aos transportes escolares, referiu que apresentou essa moção para que a Câmara faça algo que considera ser sua obrigação, ou seja, para que apoie os cidadãos de Santa Maria da Feira. Referiu que tal moção resulta de uma medida do Governo PSD/CDS-PP que considera de uma insensibilidade brutal, dizendo que se atravessa um momento em que os salários estão a diminuir a cada dia que passa mas que, por outro lado, assiste-se a aumentos inacreditáveis nos preços dos transportes escolares, de 36 para 67 euros mensais. Frisou que tal aumento é incomportável para muitas famílias e que a Câmara deveria, até porque tanto se gaba e propagandeia a sua Ação Social, intervir e suprir mais essa falha do Governo. -----

Relativamente à moção contra a destruição dos direitos dos trabalhadores, disse ser fundamental que a Assembleia Municipal, face aos despedimentos e aos casos de salários em atraso que se estão a verificar no Concelho, se manifeste quanto a essa questão. Disse ser óbvio que um trabalhador com vários salários em atraso nunca vai estar em posição de igualdade para negociar com a entidade patronal, e que isso ainda é mais evidente nos casos dos trabalhadores com responsabilidades familiares. -----

Ressaltou que o acordo assinado de concertação social representa mais perdas nos direitos dos trabalhadores, que esse acordo é uma falácia, sublinhando que os salários baixos nunca levaram à criação de emprego e que as empresas que assentaram nesse modelo acabaram por encerrar. -----

Em relação à moção que aborda o vocabulário do Sr. Primeiro-Ministro, disse que tal tipo de afirmações não foram proferidas por uma só vez, que são vários os casos, ressaltando que o Sr. Ministro das Finanças, no decorrer desta semana, disse que os portugueses não sabem poupar. A esse propósito, disse que o Governo vai gastar mais de 600 milhões de euros no BPN quando esse banco foi vendido por 40 milhões de euros, e que os dividendos de 2011 da EDP e da REN vão ser distribuídos pelos novos acionistas dessas empresas, frisando que o Estado está a deitar fora cerca de 169 milhões de euros. -----



Concluindo a sua intervenção, o membro Nunó Serrano fez sobressair que não são os portugueses que não sabem poupar, mas sim o Governo que não sabe governar.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dar nota que, relativamente à moção apresentada pelo Partido Socialista, a posição da CDU é que quem deve decidir deve ser a população e não as Assembleias de Freguesia ou as Assembleias Municipais. Disse que a razão dessa posição tem a ver com o facto de que o dito “Livro Verde”, aquando da eleição das Assembleias de Freguesia, não fazia parte de nenhum programa eleitoral, e que por essa razão a CDU se iria abster na votação dessa moção. -----

Quanto à recomendação e às duas moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, disse que a CDU as iria votar favoravelmente. -----

Usou da palavra o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que iniciou a sua intervenção por dizer que tinha dúvidas quanto à legalidade da moção apresentada pelo Partido Socialista, dizendo considerar que não é com uma moção que se pode retirar competências à Assembleia Municipal. Referiu que os membros da Assembleia Municipal foram eleitos para tomar decisões e que, como tal, têm de ter a coragem para as tomar, dizendo considerar que não é correto estar a desresponsabilizar a Assembleia Municipal na questão em causa e que, portanto, votava contra essa moção.-----

Em relação à recomendação e moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, disse que as votava contra, e que explicava a razão para proceder desse modo. Relativamente à moção à respeito do vocabulário usado pelo Sr. Primeiro-Ministro, fez sobressair que poucas pessoas chamaram a atenção para o facto de que, na ocasião em que o Sr. Primeiro-Ministro falou em *pieguice*, estava a falar para crianças e jovens, numa escola, ressaltando que as pessoas, por vezes, parecem não perceber isso e não compreender que a linguagem deve ser adequada às circunstâncias e ao local. Referiu que muita gente quis descontextualizar e tirar partido dessa expressão proferida pelo Sr. Primeiro-Ministro e, sobre essa situação, disse considerar a história da *pieguice* como sendo o mais refinado produto das redações esquerdistas e de extrema-esquerda do País. -----

Frisou que essa moção, em termos de linguagem, está desadequada em relação ao local onde é apresentada, ou seja, na Assembleia Municipal, salientando que se o termo *pieguice* se pode



enquadrar num discurso virado para os jovens, já a linguagem usada na moção não se adequa à linguagem a usar numa Assembleia Municipal. -----

Referiu que o mesmo se passa na recomendação a respeito dos transportes escolares, fazendo sobressair que no teor da mesma se fala de “tachos às clientelas”, ressaltando, nesse âmbito, que até perceberia caso essa linguagem fosse usada numa conversa de café mas que, para uma Assembleia Municipal, entende que deve ser usada uma linguagem mais adequada. Disse que se há acusações a fazer, então que se façam, mas que sejam feitas de uma forma mais concreta e objetiva, e com uma linguagem que se justifique. -----

Concluindo a sua intervenção, e a respeito da moção intitulada “Contra a destruição dos direitos dos trabalhadores”, disse que se o membro Nuno Serrano pretende lançar uma candidatura à Assembleia da República, então que o fizesse no seio do seu partido, o Bloco de Esquerda, deixando, desse modo, de maçar a Assembleia Municipal com o tipo de moções como as que tem apresentado. -----

-----  
Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por aludir à moção intitulada “A pieguice do Primeiro-Ministro” para dizer que considerava suficiente a explicação dada pelo membro Rui Tavares, mas que acrescentava que o Sr. Primeiro-Ministro, quando proferiu essa expressão pediu aos portugueses que, em alternativa a serem piegas e queixarem-se por tudo, fossem exigentes, perseverantes e acreditassem que é possível vencer. Referiu que a moção está absolutamente fora do contexto e que, naturalmente, os membros do PSD na Assembleia a votavam contra. -----

Referiu que também subscrevia o que foi dito pelo membro Rui Tavares a propósito da recomendação sobre os transportes escolares. Salientou que ou o Bloco de Esquerda aprende, de uma vez por todas, que aquilo que apresenta na Assembleia Municipal deve ser passível de ser discutido ou, então, que não vale a pena ser discutido. Frisou que os membros do PSD na Assembleia votam contra, e que bastaria a linguagem usada na recomendação para procederem dessa forma. -----

Ainda a respeito dos preços dos transportes escolares que foram cobrados, com aumento, por parte da Auto Viação Feirense, disse que a Câmara não aceitou os preços que estavam a ser cobrados, ressaltando que esse assunto está a ser discutido e negociado pela Câmara com as transportadoras e que, portanto, é extemporâneo abordar essa matéria. -----





Sobre a moção contra a destruição dos direitos dos trabalhadores, disse que o Bloco de Esquerda ainda não aprendeu que para preservar emprego é preciso, em primeiro lugar, criar emprego, e que para criar emprego é preciso haver condições para que isso seja possível. Referiu que não é dividindo os portugueses entre aqueles que têm emprego seguro e aqueles que estão em regime de precaridade ou desempregados que se vai resolver esse problema, nem é querendo amarrar as empresas a certas situações laborais. Explicou que muitas das falências se verificaram pela impossibilidade de flexibilização, ou seja, por tais empresas não terem tido a possibilidade de reduzir os seus quadros, mantendo-se em funcionamento, esperando por melhores conjunturas para poderem vir a aumentar o número de trabalhadores. Considerou a moção como sendo irrealista ressaltando que, independentemente da ideologia, o Bloco de Esquerda já devia ter aprendido essa situação.-----

O membro José Leão passou a aludir à moção apresentada pelo membro António Cardoso, a propósito da reorganização administrativa territorial autárquica, dizendo que a mesma lhe deixou, por diversas razões, atónito. Recordou que o Governo do Eng.º José Sócrates, do Partido Socialista, negociou um acordo com a chamada Troika, para ser emprestado dinheiro a Portugal, e que uma das condições que constam desse acordo é a redução do número de autarquias. Referiu que esse acordo foi, também, assinado por outros partidos e que, agora, é necessário cumprir aquilo que está acordado ou, quando muito, tentar que não seja tão exigente quanto foi o acordado.-----

Salientou que, entretanto, saiu o chamado Livro Verde, contendo uma série de questões e abordando o tema com determinados parâmetros, ressaltando que esse Livro Verde foi discutido em alguns locais, nomeadamente em muitas Assembleias de Freguesia e até, por iniciativa de partidos políticos, alvo de discussão pública. Prosseguiu dizendo que, entretanto, saiu uma Proposta de Lei que altera radicalmente o que estava proposto no chamado Livro Verde e que, portanto, as discussões tidas sobre o Livro Verde passaram a estar absolutamente desatualizadas. Referiu que essa Proposta de Lei deu entrada na Assembleia da República, que naquele local será objeto de discussão e que, nessa ocasião, os partidos políticos poderão apresentar sugestões, dizendo esperar que a lei que vier a ser aprovada seja muitíssimo diferente do que consta na Proposta de Lei.-----

Ressaltou que, pelo que explicou, considera não fazer sentido a Assembleia Municipal estar, no presente momento, a tomar qualquer posição, nomeadamente a de lavar as mãos da



responsabilidade que lhe vier a ser incumbida na lei. Referiu que se a lei vier a ser, nessa parte, igual ao que consta na Proposta de Lei, as Assembleias Municipais serão obrigadas a pronunciar-se sobre o tema e que, se não o fizerem, será uma comissão técnica, em Lisboa, a decidi-lo. Frisou que, nesse caso, a Assembleia Municipal estaria a agir como Pilatos, deixando a decisão do que vai acontecer no Concelho de Santa Maria da Feira nas mãos dessa comissão técnica, dizendo que essa situação é absolutamente inaceitável.-----

Salientou que, a acrescer ao que indicou, seria incoerente a Assembleia Municipal, de um momento para o outro, retirar todo o trabalho que está a ser feito pela comissão regimental que ela própria criou para discutir o assunto, como que dizendo que a comissão pode discutir o que quiser porque a Assembleia Municipal vai aceitar as decisões tomadas pelas Assembleias de Freguesia do Concelho. Concluiu a sua intervenção dizendo que essa situação é inaceitável.-----

O membro *Nuno Serrano* (BE) pediu a palavra para efeitos da defesa da honra, uma vez ter sido visado pessoalmente na intervenção feita pelo membro Rui Tavares, o que lhe foi concedido.-----

Ressaltou que respondia ao proferido pelo membro Rui Tavares dizendo que o que foi assinado, no acordo de concertação social, foi que o explorador pode explorar à-vontade o explorado, ou seja, o trabalhador. Disse não haver, nesse assunto, meias medidas, fazendo sobressair que são os exploradores a quererem explorar ainda mais os já muito explorados, frisando que, na visão do membro Rui Tavares, representante do CDS-PP, o trabalhador estaria a trabalhar numa máquina preso por um cadeado e que só poderia de lá sair quando o patrão assim entendesse. Salientou ser essa a visão que o CDS-PP tem do mundo do trabalho.-

O *Sr. Presidente da Assembleia* interrompeu o membro Nuno Serrano dizendo-lhe que lhe havia concedido a palavra para efeitos da defesa da honra e não para que fossem tecidas mais considerações, pedindo ao membro Nuno Serrano que terminasse a sua intervenção.-----

O membro *Nuno Serrano* concluindo, referiu que deixava como exemplo o que se passa na Segurança Social, dizendo que em Aveiro, no Porto, na Direção-Geral, são os boys do CDS-PP e do PSD quem, intercaladamente, dividem os cargos, dizendo ser essa a realidade e que esses são exemplos concretos de tachos para os boys desses partidos.-----



O membro *António Cardoso* (PS) pediu a palavra para dar um esclarecimento a respeito da moção que apresentou. Disse que estava a haver alguma confusão relativamente ao sentido da mesma, salientando que com a moção não se pretende lavar as mãos e desresponsabilizar a Assembleia Municipal, mas sim dar competência e soberania às Assembleias de Freguesia, fazendo sobressair que são essas quem estão em melhores condições para decidir sobre a matéria em causa. -----

Referiu que uma lei que obriga freguesias que têm mais habitantes do que alguns municípios a agruparem-se é uma lei sem nexos e que defender essa lei é defender o indefensável. -----

Concluiu ressaltando que, brevemente, a Assembleia Municipal será chamada a decidir sobre qual o caminho a seguir no Concelho de Santa Maria da Feira e que, nessa altura, verá quem está ao lado do espírito feirense. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra dizendo que queria dar uma explicação a respeito da recomendação relativa aos transportes escolares. -----

Frisou que em lado nenhum está escrito que o Governo cortou 25% na comparticipação dos passes escolares, referindo que o membro Nuno Serrano deve ter obtido essa informação através de um sonho. -----

Explicou que, segundo uma lei que já foi criada há alguns anos, que não é de agora, as transportadoras têm a legitimidade para optarem entre duas situações quanto ao pagamento do transporte dos alunos, ou seja, optarem por um passe escolar ou pelo pagamento do bilhete dia a dia, com um desconto de 25%. -----

Deu nota que o que estava instituído no Concelho, no ano passado e nos anteriores, era o passe escolar para os 22 dias úteis que geralmente tem um mês, mas que as transportadoras fizeram as suas contas e chegaram à conclusão de que a venda do bilhete dia a dia, com o desconto de 25%, dava mais resultado, e escolheram essa opção que a lei lhes permite. -----

Salientou que, perante isso, a Câmara tem estado a negociar com as transportadoras com vista a voltar à opção do ano passado, ou seja, a de venderem passes escolares aos alunos nas mesmas circunstâncias do ano passado, e que inclusivamente já aceitaram que a Câmara devolvesse as faturas para, nesse mesmo sentido, serem feitos os devidos acertos. -----

Concluindo disse que, para que o membro Nuno Serrano não ficasse a sonhar toda a noite sobre o assunto, ia dizer de onde aparecem os 25%, informando que havia um passe, chamado



“Passe 23”, que podia ser adquirido por qualquer jovem até aos 23 anos de idade, com um desconto de 25%, e que podia ser usado a qualquer dia da semana. Realçou, contudo, que esse passe nada tinha a ver com os transportes escolares, sublinhando que o mesmo podia ser comprado por todos os jovens até aos 23 anos, independentemente de serem, ou não, estudantes, e que esse “Passe 23” acabou.-----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a votação a recomendação e as moções apresentadas, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor da moção (PS: 22, BE), 36 votos contra (PSD: 35, CDS-PP), e 3 abstenções (PS: 1, CDU, Ind.), rejeitar a moção apresentada pelo membro António Cardoso (PS), a respeito da reorganização administrativa territorial autárquica, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 votos a favor da recomendação (BE, CDU, PS: 1), 55 votos contra (PSD: 35, PS: 18, CDS-PP, Ind.), e 4 abstenções (PS), rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Transportes escolares”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (BE, CDU), 37 votos contra (PSD: 35, PS: 1, CDS-PP), e 23 abstenções (PS: 22, Ind.), rejeitar a moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “Contra a destruição dos direitos dos trabalhadores”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da moção (BE, CDU), 40 votos contra (PSD: 35, PS: 3, CDS-PP, Ind.), e 20 abstenções (PS), rejeitar a moção apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE), intitulada “A pieguice do Primeiro-Ministro”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

O membro *António Cardoso* (PS) pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, que seguidamente se passa a citar:-----

“É só para dar uma explicação do voto do Partido Socialista acerca dos transportes. Depois da



explicação dada, naturalmente, em coerência, nós não poderíamos votar favoravelmente.” –  
Fim de citação. -----

Ultrapassada a discussão e votação das moções e da recomendação, o *Sr. Presidente da Assembleia* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Registadas as inscrições pela Mesa, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro Victor Neves. -----

*Entrou o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior – Manuel Mota Araújo.*-----

Interveio o membro *Victor Neves* (PS) que leu documento escrito que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“ÁGUA E SANEAMENTO-----

Senhor Presidente, -----

As filas de pessoas junto da Indaqua reclamando, face a notificações recebidas para pagamento de taxas de água e saneamento, sem que beneficiem destes serviços, são uma constante.-----

É incorreta a política da Câmara neste sentido de obrigar os munícipes a pagar sem que beneficiem deste bem público.-----

ROTUNDA FEIRENSE-----

Senhor Presidente, -----

Desde a sua conclusão e já há meses ativada, os postes de iluminação que lá foram implantados com o intuito de iluminarem a respetiva área da mesma, jamais foram ligados.-----

Solicito à Câmara que providencie no sentido de ativar a luz nos ditos postes. -----

MAU ESTADO DAS RUAS DE PAÇOS DE BRANDÃO -----

Senhor Presidente, é lamentável a degradação das ruas da Vila de Paços de Brandão. A Câmara deve providenciar pela reparação das mesmas, tendo em conta os munícipes daquela vila e não só. Visto que tal degradação, em nada dignifica o nosso Concelho bem como a respetiva freguesia.-----

PEDREIRAS DE LOUROSA-----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----



É tão só lembrar o senhor presidente para providenciar no sentido de fazer com que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento funcione, uma vez que após o início das obras, jamais houve qualquer iniciativa, ou seja, o senhor presidente Dr. Domingues Pereira, jamais convocou qualquer reunião da dita comissão.” -----

-----  
Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que começou por fazer um aparte, dizendo que quem tem pesadelos com o Sr. Presidente e com a Câmara Municipal são os fornecedores que têm tantas dificuldades em ver as suas faturas pagas.-----

Seguidamente passou a colocar algumas questões à Câmara, começando por perguntar se o terreno para a futura Escola EB 2,3 em Santa Maria da Feira já foi adquirido e, em caso afirmativo, qual o valor da aquisição bem como se foi assegurado que o terreno tem as características necessárias para a construção do equipamento, de maneira a que não aconteça o que tem acontecido em algumas obras no Concelho, nomeadamente nas escolas.-----

Disse que gostava de ser esclarecido quanto ao estado da construção da Unidade de Saúde Familiar de Nogueira da Regedoura/S. Paio de Oleiros, questionando se é uma construção para levar avante ou se foi abrangida pelos cortes do atual Governo.-----

Prosseguiu aludindo a uma obra da Indaqua Feira numa rua em Santa Maria de Lamas, dizendo que há três semanas foi aberta uma cratera no meio dessa rua, que estrangulou o trânsito, e que há mais de duas semanas que não se vê um único trabalhador nessa obra, continuando o buracão no meio da via. Disse não ser aceitável que se comece uma obra sem que se termine a mesma, referindo que o Sr. Presidente da Câmara devia fazer todas as diligências no sentido de resolver essa situação. -----

Disse, em seguida, que nas últimas semanas algumas empresas de Santa Maria da Feira têm sido notícia devido às graves dificuldades que atravessam, com situações de vários meses de salários e subsídios em atraso, questionando se a Câmara já tomou algumas medidas de apoio às famílias afetadas, ressaltando que muitas atravessam graves dificuldades, nomeadamente, no que respeita à alimentação. -----

Referiu que uma outra questão vinha no seguimento de uma pergunta que, numa anterior sessão da Assembleia Municipal, colocou à Câmara, acerca dos protocolos com um órgão de comunicação social. Salientou que, nessa ocasião, aquando da discussão do Orçamento Municipal, o Sr. Presidente da Câmara disse que a Câmara tinha um protocolo com o jornal



Terras da Feira para publicação gratuita de informação aos consumidores. Frisou que, posteriormente a isso, na resposta escrita dada pela Câmara a um requerimento do Bloco de Esquerda, apenas é mencionado um protocolo da Câmara com a Rádio Clube da Feira, sobre publicidade em outdoors, perguntando se se tratou de algum equívoco e solicitando ser esclarecido quanto a essa questão.-----

Seguidamente disse que, com a construção dos novos centros escolares, muitas escolas foram fechadas, deixando de ser utilizadas, questionando se a Câmara tem um plano para a utilização, integrada, dessas escolas, ou se algumas delas vão ficar inutilizadas.-----

Concluiu a sua intervenção aludindo à questão do encerramento da Linha do Vouga. Referiu que os representantes do PSD e CDS-PP, sempre que se deslocam a Aveiro ou ao Município de Santa Maria da Feira, defendem de forma intransigente a Linha do Vouga mas que, na Assembleia da República, em sentido contrario, viabilizaram o encerramento da Linha. Frisou que o PSD e o CDS-PP, na Assembleia da República, votaram contra a resolução que outros três partidos apresentaram no sentido do não encerramento da Linha do Vouga, com a argumentação de que é necessário realizar estudos bem como ver da possibilidade de encontrar um privado que queira fazer a exploração daquela Linha. Sobre isso, ressaltou que o que a História diz é que, depois de encerrado um equipamento desse género, raramente o mesmo é reativado.-----

-----  
Interveio o membro **António Cardoso** que começou por dizer que reforçava o proferido pelo membro Nuno Serrano, de que os deputados na Assembleia da República do PSD e CDS-PP, pelo Distrito de Aveiro, votaram contra a resolução que defendia o não encerramento da Linha do Vouga.-----

Referiu que tinha duas questões a colocar, e que a primeira tinha a ver com a publicitação sobre o estabelecimento das medidas preventivas no âmbito da implementação do PERM. Disse que, ao consultar o portal da Câmara, na parte dos editais, não encontrou nenhuma publicitação do estabelecimento dessas medidas preventivas, questionando acerca da obrigatoriedade dessa publicitação bem como se ocorreu alguma falha a esse respeito. Ainda no âmbito do PERM, deu nota que o Sr. Presidente da Câmara, na última sessão da Assembleia Municipal, garantiu que as indústrias poluidoras não seriam instaladas no PERM, dizendo que queria que o Sr. Presidente da Câmara garantisse, também, que as indústrias do

---



tipo 1 e 2 não vão ser instaladas no PERM. -----

Frisou que a segunda questão tem a ver com a eficiência energética da iluminação pública, dizendo que foi preciso chegar a austeridade para demonstrar a forma descontrolada dos gastos da Câmara, nessa área. Referiu que, como consequência, a Câmara está a cobrar taxas de publicidade exorbitantes, a cobrar nos estacionamento, a procurar desesperadamente verbas no IMI em conluio com as Finanças, a enviar faturas indevidas para quem não tem os serviços básicos de água e saneamento, ou seja, que a Câmara está a fazer uma aterradora perseguição aos contribuintes. -----

Salientou que, no passado, o Partido Socialista chamou a atenção para o facto de que a iluminação pública estava ligada durante o dia, que a Câmara não levou isso em consideração e que, agora, com a austeridade e com a necessidade de reduzir os gastos, até a segurança das pessoas e bens vai ser posta em causa. Frisou que se perdeu muito tempo, que não foram feitos, atempadamente, os investimentos na modernização da iluminação pública e que esse desmazelo levou a que, no presente, os consumos com a energia elétrica pública sejam superiores aos necessários. -----

Referiu que a Câmara, irresponsavelmente, deixou para segunda prioridade a questão da eficiência energética e os investimentos com retorno, dizendo já não estranhar a despreocupação da Câmara para com os gastos supérfluos e a irresponsabilidade da mesma na gestão dos recursos materiais e humanos. -----

Nesse âmbito, e face aos prejuízos financeiros e materiais para o Concelho, questionou para quando um plano de investimentos na modernização da iluminação pública, ressaltando que o retorno desse investimento é quase imediato. Concluindo, disse esperar que a solução da Câmara não seja a de apostar em sacrificar a segurança e de continuar com luminárias de alto consumo e de baixo rendimento luminotécnico. -----

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que leu documento escrito que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“1. O Livro Verde da Reforma Administrativa do Poder Local, apelidado já por muitos de o “Livro Negro”, constitui, como todos já percebemos, um ataque cego ao poder democrático local, enfraquecendo seriamente a representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura. Juntando a nossa voz às das muitas freguesias





feirenses em cujas Assembleias foram já aprovadas resoluções, deliberações e moções reafirmando a vontade de preservar a integridade administrativa das suas freguesias, vimos aqui reforçar a nossa posição de denúncia desta tentativa irresponsável e trôpega de liquidar a configuração da democracia local. Não temos dúvidas, como não têm muitos dos Presidentes de Junta aqui presentes, que a consequência desta reforma seria um aprofundamento nunca antes visto das assimetrias regionais e locais e a perda da coesão territorial, bem como o acentuar da desertificação e abandono de zonas isoladas, onde a Junta de Freguesia é, muitas vezes, o único centro de socialização. Este combate irracional às estruturas de representação de proximidade, que tem como simples objectivo a supressão de 1/3 das freguesias hoje existentes, traz ainda consigo o despedimento de cerca 9 mil funcionários em todo o país, que desempenhavam um serviço à população que ninguém sabe como poderá ser substituído sem custos acrescidos, até porque todos já admitiram que o argumento da poupança é pouco mais do que ridículo para justificar esta reforma, considerando que as Freguesias representam uma despesa meramente residual no âmbito do Orçamento Geral, com vantagens e mais-valias incomparavelmente superiores aos custos. -----

Mas esta proposta de reorganização administrativa, que surgiu inicialmente com os critérios de área e população, aparece agora com parâmetros meramente matemáticos que não fazem o mínimo sentido, ignorando ostensivamente aspectos como as identidades locais, razões históricas, culturais, demográficas e sociais, tipo de povoamento ou existência de serviços públicos de proximidade. Trata-se claramente de um ataque ao poder local, justamente sentido como tal pelos eleitos locais. -----

Senhor Presidente da Câmara, a pergunta que lhe faço é bastante simples: qual a posição do Executivo em relação a esta temática, e o que irá decidir a Câmara Municipal? Numa altura em que a generalidade das Assembleias de Freguesia deliberaram contra esta reorganização administrativa, e sabendo que o ónus desta reorganização cairá em certa medida sobre a Câmara, os feirenses e os autarcas locais têm o direito de conhecer a posição do Executivo quanto a esta matéria. Sobretudo quando se perspectiva que a extinção das freguesias não passe sequer pelo escrutínio dos eleitores que constituíram, pelo voto, os órgãos eleitos, no que configura uma prática pouco ou mesmo nada democrática de desvalorização do cidadão enquanto eleitor. -----

2. Não é segredo que muitos munícipes deste Concelho voltaram a receber em casa facturas



oriundas da Câmara Municipal respeitantes ao serviço de águas, saneamento e recolha do lixo, que na maior parte dos casos já pagaram à Indaqua, num claro caso de duplicação abusiva e ilícita da facturação. E, como a Câmara decerto reconhecerá, a rectificação do erro não paga o transtorno provocado aos munícipes, nem as despesas feitas para resolver o problema: num concelho sem uma rede de transportes colectivos, perder uma manhã ou uma tarde para ir à Câmara Municipal ou à Indaqua pode sair caro a quem acaba por perder meio-dia de trabalho a resolver um problema que não pediu que lhe caísse nas mãos, e que decorre única e exclusivamente da incompetência de terceiros. Como é que o Senhor Presidente justifica este erro? E como justifica o facto de continuarem a ser emitidas facturas em nome de pessoas já falecidas para moradas e habitações actualmente inexistentes? Estes acontecimentos, vistos pelos munícipes como actos de incompetência, ocorrem num município que gasta demasiado dinheiro em serviços informáticos. Senhor Presidente da Câmara: terão que continuar a ser os munícipes a resolver os problemas e erros que a Câmara e a Indaqua criaram?-----

3. A CDU sempre foi a única força política que nos últimos oito anos defendeu de forma constante e persistente a Linha do Vouga. Quase sempre sozinhos nesta luta, nunca desistimos, porque tínhamos do nosso lado as vozes da população e a força da razão. É por isso que nos dá muita satisfação que a União Europeia veja este tipo de linha como um factor estratégico de relevo e uma aposta para o futuro. Não nos cansamos de afirmar que esta linha é um activo estratégico económico e social de grande relevo para a região. Esta causa, reivindicada também por outros Municípios, aqui na Feira foi a maior parte das vezes vista como um estorvo, como um anacronismo do PCP e da CDU. Nunca se teve em conta o enorme potencial da linha em vários eixos estratégicos (transporte diário de estudantes, de trabalhadores, de reformados, transporte sazonal de turistas, exploração cultural e histórica do património ferroviário, etc.), nem sequer se teve em conta a linha quando se traçaram planos urbanísticos, fazendo com que a linha parecesse desenquadrada da realidade feirense, quando na verdade é mais antiga do que a maior parte dos serviços. Agora que a Linha do Vouga está inserida no Plano Orçamental da Área Metropolitana do Porto para melhoramento e revitalização, o Senhor Presidente vai finalmente dar-nos razão?-----

4. Tem-se falado na deslocação provisória da esquadra da PSP para instalações alugadas na zona industrial do Roligo, Espargo, enquanto o novo posto não é construído na Escola Fernando Pessoa. Senhor Presidente da Câmara, há efectivamente a necessidade de se



proceder ao aluguer de um imóvel para estes efeitos? Porque não vai, por exemplo, a PSP para o antigo quartel da GNR onde agora funciona a Universidade Sénior? Não terá a Câmara Municipal um outro imóvel capaz de dar uma resposta temporária? E acima de tudo, Senhor Presidente, quer explicar-nos o porquê de tanta pressa agora em deslocar a PSP para um imóvel arrendado, quando este problema já se arrasta há anos, como era do conhecimento de todos e foi em diversas situações objecto de denúncia? -----

5. Para terminar, Senhor Presidente da Câmara, está o senhor de acordo com o Presidente do seu partido e também Primeiro-Ministro quando apelida os portugueses de piegas? O Senhor acha que os feirenses são piegas? Ou não terão eles mais do que razões para se queixarem das políticas erradas que este governo tem levado a cabo? Políticas essas que se verifica já que levarão apenas à perda de soberania e ao caos, ao caos dos mais fracos, ao caos da maioria da população, porque a ínfima percentagem que nunca se molha continua a escapar-se à chuva. -- Por isto e por muito mais amanhã o Terreiro do Paço será o "Terreiro do Povo". -----

-----  
Usou da palavra o membro *Telmo Gomes* (PS), que começou por referir que vários municípios se têm abeirado dele reclamando pela forma como estão a ser cobradas as taxas de publicidade. -----

Referiu que, perante tais reclamações, aprofundou o assunto, tendo chegado à conclusão de que as taxas de publicidade, que disse rondar os 77 euros/ano, por metro quadrado, são ilegais. Salientou, a esse propósito, que vários municípios, e ele próprio, receberam uma carta ameaçando com coimas caso não fosse legalizada a dita publicidade, bem como feita a devida afixação, nos estabelecimentos, do horário de funcionamento. -----

Disse ter achado piada que a carta falasse do horário porque, no estabelecimento em causa, o horário está afixado desde o dia 12/02/2010 e que até está assinado pelo Presidente da Câmara e que, por isso, estranhava que essa carta, datada de 27/12/2011, mencionasse esse aspeto. Disse igualmente ter achado piada que a carta pedisse o respetivo licenciamento da publicidade quando, efetivamente, o estabelecimento não tem publicidade, e que achou curioso que, tendo o mesmo uma esplanada que não está licenciada, não tivesse sido pedido o licenciamento da mesma. Salientou que, desse modo, dá para ver como o assunto das taxas de publicidade está a ser tratado e conduzido pela Câmara Municipal. -----

Fez sobressair que é grave o que se tem passado relativamente à cobrança das taxas de

---



publicidade, frisando que são cobradas por todos os tipos de reclames publicitários, não fazendo a discriminação entre aqueles que se encontram em espaço público e os que estão em espaço privado. Frisou que essa situação é, segundo vários acórdãos do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, inconstitucional, ressaltando que os mesmos entendem que existe violação dos artigos 103.º e 165.º da Constituição da República Portuguesa, na redação vigente, na cobrança dessas taxas em relação a publicidades localizadas fora do espaço público, dizendo que essas não podem ser cobradas porque para se proceder à cobrança de taxas deve haver uma contrapartida prestada por parte da Câmara Municipal, sublinhando que isso não acontece. Destacou que a mesma inconstitucionalidade se verifica quanto às viaturas de empresas registadas no Município, que são alvo de taxas devido à publicidade que possuem.-----

Frisou que a cobrança só pode ser feita para os reclames publicitários que se encontram na via pública, através de algo semelhante a uma taxa sobre a ocupação da via pública. -----

Aludiu, em seguida, ao processo n.º 0739/06 de 15/02/2007 do Supremo Tribunal de Justiça, dizendo tratar-se de um caso verificado com a Câmara Municipal do Porto, passando a ler extrato do respetivo acórdão, que seguidamente se passa a citar:-----

“Os tributos denominados “taxas” cobrados pela Câmara Municipal do Porto pela afixação de publicidade num velocípede privado, são de qualificar como impostos, à face da Constituição.

Por isso, a sua criação através de um diploma não legislativo e não emitido pela Assembleia da República ou pelo Governo ao abrigo de autorização, viola o preceituado nos artigos 103, n.º2 e 165º, n.º1, al. i) da Constituição da República Portuguesa, na redação então vigente.” ---

Referiu que, como tal, se apela ao bom senso e a que se reponha a legalidade na cobrança dessas taxas, eliminando-se, desse modo, possíveis reações menos desejadas, protagonizadas pelos munícipes feirenses. -----

Salientou que, estando na Assembleia Municipal há dois anos já sabe qual a resposta que o Sr. Presidente da Câmara vai dar à questão que estava a colocar, ressaltando que tais respostas são quase matemáticas, e que em princípio o Sr. Presidente da Câmara lhe responderia dizendo que se estava, somente, a cumprir o Regulamento de Publicidade, Mobiliário Urbano e Ocupação de Espaços Públicos.-----

Acerca desse Regulamento, disse saber que o mesmo foi aprovado, por unanimidade, na reunião da Câmara de 11/06/2011 e na sessão da Assembleia Municipal de 29/06/2001, que



sabe que os membros do Partido Socialista também o aprovaram, mas que isso não significa que o Regulamento esteja totalmente legal. Concluindo disse que, provavelmente, estava na altura de ser feita uma revisão do Regulamento, de modo a ser reposta a legalidade. -----

-----  
Interveio o membro *António Topa* (PSD) que começou por dizer que, na sessão de Dezembro passado da Assembleia Municipal, num momento de debate em que estava a usar da palavra o coordenador do grupo municipal do PSD na Assembleia, e devido aos numerosos apartes que estavam, nesse momento, a ser feitos por várias pessoas, teve uma reação que não deveria ter tido. Disse que, por vezes, até devido ao dia de trabalho, as pessoas ficam saturadas e tomam posições que não deviam tomar, referindo que fez um aparte que, depois, pensando a frio, entendeu que não o podia ter feito e que, por isso, se penalizava e pedia desculpa aos colegas da Assembleia por essa sua reação. -----

Referiu que queria chamar a atenção para que, na sessão em causa, dois membros do PS, um membro do CDS-PP e dois membros do PSD decidiram, depois de se terem inscrito, não usar da palavra, e que o grupo municipal do PSD, perante isso, foi acusado de retirar tempo de intervenção aos outros membros da Assembleia. -----

Nesse âmbito, apelou ao Sr. Presidente da Mesa que coordenasse os trabalhos da Assembleia acautelando o respeito pelas intervenções de cada uma das pessoas, lembrando, ainda, que a Assembleia Municipal é composta por uma maioria do PSD e que gostaria que essa argumentação fosse usada para com os líderes dos partidos com representação na Assembleia, para que seja apresentada uma proposta de alteração ao Regimento, no sentido de que o tempo de intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia seja de acordo com a representatividade dos partidos na Assembleia Municipal. -----

O membro António Topa concluiu a sua intervenção dizendo que, caso os líderes dos partidos não fizessem essa proposta de alteração ao Regimento, ele próprio apresentaria uma proposta nesse sentido. -----

-----  
O *Sr. Presidente da Assembleia* disse que não deixava de sublinhar e registar o significado e o sentido cívico da intervenção do membro António Topa. Em seguida, passou a palavra à deputada municipal Carla Pinto. -----  
-----



Interveio a deputada municipal *Carla Pinto* (PS) que leu documento escrito que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Uma nota apenas para questionar o facto de o trânsito ter estado interrompido na rua que dá acesso ao estádio Marcolino de Castro durante, pelo menos, toda a manhã na passada terça-feira. -----

Qual o facto relevante que tantos transtornos causou a todos quantos pretendiam trabalhar na zona envolvente ao referido estádio e/ ou transitar por essa via? Será que o jogo que nessa noite se disputou foi a razão de tal interrupção?” -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por dizer que tinha pedido a palavra para defender a honra do CDS-PP e dos deputados por Aveiro, na Assembleia da República, do CDS-PP. -----

Fez sobressair que, na Assembleia da República, no mesmo dia em que foram feitas votações sobre a Linha do Vouga, o CDS-PP apresentou o Projeto de Resolução 172/XII, passando a ler a parte final desse documento em que se recomenda ao Governo o que, seguidamente, se transcreve: -----

“...Que pondere a decisão de desativação da Linha do Vouga com base na sua viabilidade, considerando, nomeadamente: -----

a) Um estudo com dados atualizados quanto ao número de utilizadores desta Linha, por forma a determinar o custo efetivo por passageiro a cada Km; -----

b) O investimento realizado pela REFER nos últimos três anos, no valor de 3,7 milhões de euros; -----

c) Potenciais externalidades positivas ao nível social, económico e ambiental; -----

d) A possibilidade de existirem entidades privadas interessadas na exploração desta linha.” -----

Frisou que esse Projeto de Resolução foi apresentado pelo CDS-PP e que, portanto, tinha de repor a verdade face à afirmação de que os deputados de Aveiro, do CDS-PP, na Assembleia da República, não defenderam a Linha do Vouga. -----

Salientou, também, que no Plano de Atividades e Orçamento da Área Metropolitana do Porto para 2012 diz, a determinada altura, o que seguidamente se passa a citar: “Manter, junto do Governo, o estudo de requalificação da linha do Vouga, a partir de Oliveira de Azeméis e até à linha do Norte, garantindo a acessibilidade directa ao Porto” – fim de citação. Concluiu a



sua intervenção fazendo sobressair que esse Plano de Atividades e Orçamento da Área Metropolitana do Porto foi alvo de um voto contra por parte do Bloco de Esquerda. -----

-----  
Interveio o membro *Marco Jesus* (PS) que leu documento escrito que deixou à Mesa, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Constitui, perante o período difícil que atravessamos, uma prioridade de acção de qualquer Câmara no país, o esforço social. Digo isto porque estou em crer que, uma vez ultrapassada toda esta tenebrosa órbita da crise económico-financeira, estaremos ainda durante muitos tempos confrontados com uma crise, digamos, social, gerada pelo desemprego, essencialmente, mas também pelas profundas desigualdades que se instalaram sem misericórdia na sociedade. Tal situação, como disse, implica da parte das autoridades autárquicas, também, respostas concretas e uma enorme faculdade de sentir a problemática social. -----

De tal modo que, vimos, alertar e sensibilizar – mas também exigir da Câmara Municipal – para a necessidade de um maior acompanhamento dos conjuntos de habitação social do concelho e que esse acompanhamento se distinga e se focalize em desenvolver estratégias de fundo e de acção que assentem na melhoria das condições desses conjuntos. -----

De outra forma, temos para nós que, sem qualquer tipo de reacção das entidades que tem a obrigação de zelar, caminharemos no sentido de uma grave desintegração social, caracterizada por fenómenos de delinquência, criminalidade e outros tantos comportamentos menos tolerados. -----

De resto, não será para menos, alguns bairros do Concelho parecem ser já autênticos “guetos” resultado, em parte, das enormes carências e do esquecimento a que estão a ser sujeitos. E não preciso de fazer longas viagens na minha terra como fez o nosso Almeida Garrett, para tal conclusão. Basta-me dar como exemplos, os dois conjuntos de habitação social em Fiães para todos ficarmos convencidos que a Câmara há muito tempo se desresponsabilizou. -----

Assim, com o que vimos, ficamos com a sensação de que para a Câmara, as preocupações esgotaram-se na construção das estruturas, quando as preocupações deviam de focar, para nós, na valorização contínua da qualidade de vida daqueles que, por infortúnio e algum vexame, por lá habitam. -----

Isto seria com certeza, uma política social com fundamento e resposta humanizada. E, por



vezes as respostas são muito simples não devendo sequer ferir as contas do orçamento, nem coisa que se pareça: Exemplos como, arranjo dos espaços exteriores, como os jardins e passeios, melhorar os acessos a estes conjuntos e não os marginalizar, ou até requalificar espaços de prática desportiva que de facto existem, estão lá, mas reduzidos a escombros, beneficiariam a qualidade de vida das pessoas, de muitos feirenses.-----

Em Fiães, em particular, um dos conjuntos de habitação social apresenta níveis tais de degradação que deve andar perto de não cumprir os princípios básicos de salubridade. Entendemos, então, que estamos a chegar a um nível crítico e que a Câmara tem que assumir as suas responsabilidades. -----

Assim, Sr. Presidente gostaríamos que nos faça parte, primeiro, se a política social da Câmara prevê a beneficiação destes espaços a breve trecho e, segundo, se a verba de finalidade social irá adaptar-se a uma realidade social cada vez mais precária e que exige respostas perceptíveis de soluções. -----

Para terminar, se me permite, deixo-lhe uma pequena reflexão de Samuel Caleridge que me chamou particularmente atenção e que diz o seguinte: “Só quem ama a sua casa ama a sua Pátria”. Eu achei todo a propósito este pensamento e, de facto, esta reflexão que diz que, só formamos bons cidadãos se conseguirmos-lhes oferecer um lar condigno dá-nos uma justa perspectiva como lidar com a problemática da habitação social.”-----

-----  
Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os esclarecimentos que entendesse convenientes, face às questões colocadas.-----

Começou por aludir à intervenção efetuada pelo membro Victor Neves, relativamente à questão das taxas de água e saneamento que estão a ser indevidamente cobradas pela Indaqua Feira, quando o serviço não é efetivamente prestado. Sobre essa questão, disse considerar impossível que tal situação se verifique, explicando que a Indaqua Feira só cobra um serviço com quem estabeleceu um contrato, ou de fornecimento de água ou de saneamento. Esclareceu que na fatura da Indaqua Feira são cobradas taxas que são receita da Câmara, como é o caso da taxa dos resíduos sólidos e urbanos.-----

Disse que pode acontecer o facto de alguns munícipes receberem faturas em duplicado, da Indaqua Feira e da Câmara. Admitiu que isso pode acontecer, explicando que poderão existir munícipes que, tendo contrato com a Indaqua Feira, aparecem na base de dados da Câmara

---





como não tendo contrato com a Indaqua Feira e que, nessas circunstâncias, a Câmara envia a fatura. Sublinhou, contudo, que essas situações são imediatamente resolvidas, bastando, para tal, que o munícipe a comunique à Câmara, seja por telefone, fax, e-mail ou presencialmente. - Sobre a questão da rotunda da Feirense, disse que a mesma é da responsabilidade da entidade Estradas de Portugal, e que, segundo lhe disse o Sr. vereador, faltará a iluminação pública, dizendo que essa é uma questão que a Câmara está a acompanhar. -----

Relativamente ao estado das estradas na freguesia de Paços de Brandão, referiu que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão naturalmente que agradece esse interesse, salientando, no entanto, que o Sr. Presidente da Junta é um Presidente atento e trata esses assuntos, sendo que a Câmara não tem a capacidade financeira para ocorrer a todas as situações. -----

Quanto à comissão de acompanhamento à recuperação das Pedreiras de Lourosa, disse que qualquer membro que a compõe pode, todos os dias, acompanhar as obra e que, caso entenda necessário, pode pedir à Câmara para ser acompanhado por algum técnico ou responsável da Câmara, para lhe ser dada alguma explicação que seja conveniente.-----

Sobre a questão colocada pelo membro Nuno Serrano relativamente ao proprietário dos terrenos onde vai ser construída a EB 2,3 de Santa Maria da Feira, disse que esses terrenos são propriedade da Câmara Municipal.-----

Relativamente à Unidade de Saúde Familiar de Nogueira da Regedoura/S. Paio de Oleiros, informou que a Câmara tem um protocolo assinado para construção das Unidades de Saúde Familiar de Milheirós de Poiares e de Argoncilhe, e que há um outro protocolo de intenções para construir mais três Unidades, mas que ainda não têm o protocolo definitivo para a construção. -----

Quanto à questão relacionada com as obras e a existência de uma cratera numa estrada em Santa Maria de Lamas, disse que a Câmara vai analisar o que se passa. -----

Aludindo à intervenção efetuada pelo membro Marco Jesus disse, a respeito do trabalho da Divisão de Ação Social, que ainda há bem pouco tempo, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal, o mesmo foi louvado publicamente e que, portanto, estranhava que, agora, se estivesse a atacar esse mesmo trabalho. Salientou que o trabalho social desenvolvido no Município de Santa Maria da Feira tem sido replicado noutros municípios, concretamente no que respeita à rede social e à complementaridade do trabalho da Divisão de Ação Social da



Câmara juntamente com as Juntas de Freguesia, com as IPSS e, também, com as Conferências de S. Vicente de Paulo.-----

Quanto aos empreendimentos de habitação social, referiu que principalmente os empreendimentos que têm mais habitações, como um dos empreendimentos em Fiães, têm a funcionar um Gabinete de Proximidade, no qual uma assistente social tenta resolver os muitos problemas das pessoas que habitam nesses empreendimentos, ressaltando que esses Gabinetes, se não são caso único, são dos poucos casos no País. -----

Relativamente às escolas que vão ficando vagas com a construção dos centros escolares, disse que a finalidade que é dada às escolas é sempre em consonância com as pretensões das Juntas de Freguesia, e das associações existentes em cada freguesia. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu dizendo que o membro António Cardoso fez uma intervenção demasiado politizada, falando de vários assuntos, dando nota, quanto à questão relacionada com os consumos da iluminação pública, que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem um plano com a EDP para substituição de cerca 4000 lâmpadas de vapor de mercúrio por lâmpadas de vapor de sódio, salientando tratarem-se, segundo os técnicos, de lâmpadas com muito menor consumo. Referiu que, além disso, a Câmara já vem procedendo, desde o ano passado, à substituição das lâmpadas por outras de menor potência e que, por outro lado, foram colocados relógios astronómicos em substituição das células fotoelétricas porque reduz uma boa parte do consumo. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira, disse que já havia respondido, numa recente sessão realizada pela Assembleia Municipal, à questão relacionada com a posição da Câmara quanto ao problema da redução das freguesias. Disse que, nessa ocasião, foi a deputada municipal Lúcia Gomes quem colocou a questão, a qual estava a ser substituída, nesta sessão, pelo Filipe Moreira, pelo que o Filipe Moreira poderia perguntar à sua colega de partido Lúcia Gomes qual a resposta que foi dada. -----

A respeito da questão das faturas em duplicado, salientou já ter respondido a essa questão no início da sua intervenção. -----

Disse estranhar que se tenha dito que a União Europeia está a defender as linhas de caminho de ferro quando o seu encerramento está a ser proposto exatamente pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional, ou seja, pela Troika, fazendo sobressair que foi o acordo com a Troika que impôs o fecho de, segundo disse supor,



cerca de 400 quilómetros de linha de caminhos de ferro, em Portugal. -----  
Nesse âmbito, informou que os Presidentes de Câmara dos cinco municípios do Entre Douro e Vouga, com mais acutilância por parte dos Presidentes das Câmaras de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira, deliberaram fazer uma proposta à Autoridade Metropolitana dos Transportes, dado que essa entidade foi incumbida pelo Governo de fazer o estudo estratégico dos transportes na Área Metropolitana do Porto. Deu nota que o que se propõe, em primeiro lugar, é que o Andante seja estendido a toda a Área Metropolitana do Porto, portanto, prolongar-se até aos concelhos mais afastados, como seja os de Vale de Cambra e Arouca e, em segundo lugar, é proposto que, no estudo estratégico, fosse estudada, económica e tecnicamente, a possibilidade da manutenção e reaproveitamento da Linha do Vale do Vouga. -----

Referiu que, entretanto, foi aprovada, na Assembleia da República, uma recomendação ao Governo para fazer um estudo sobre o aproveitamento da Linha do Vale do Vouga mas que, independentemente disso e antes de saber que esta recomendação ia ser feita, os municípios de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira providenciaram para que se esteja a elaborar o caderno de encargos e a abertura do concurso para se fazer um estudo do aproveitamento da Linha do Vale do Vouga, para analisar os custos dessa operação bem como a sustentabilidade que a mesma possa vir a ter. -----

Informou que os STCP e Metro do Porto vão ser concessionados e que, nessa medida, se propõe que, realizado o estudo da viabilidade da Linha do Vale do Vouga, essa Linha seja incluída na concessão, ressaltando que, caso assim venha a ser, o problema ficava resolvido sem necessidade de investimento a nível da Administração Central. -----

Quanto à questão sobre o porquê de não se utilizar o antigo quartel da GNR para, provisoriamente, se instalar a esquadra da PSP, informou que o antigo quartel da GNR foi, anteriormente, uma escola, que foi construído para ser uma escola e que, neste momento, está a cumprir o objetivo para o qual foi construído. Frisou que, nessas instalações, está instalada a Universidade Sénior, dizendo ser uma associação pela qual tem muito respeito e que tem uma atividade muito interessante, dizendo que outras soluções existirão para se instalar a esquadra da PSP. -----

Informou, também, que a Câmara Municipal não paga, nem pagará, rendas de instalações para o quartel da PSP porque essa não é uma responsabilidade da Câmara, mas sim do respetivo



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

Ministério.-----

Proseguiu dizendo, a respeito das instalações para a PSP, que o Ministério da Administração Interna negociou uma linha de fundos comunitários para recuperação e reinstalação de quartéis das forças da PSP e GNR que, não apoiando a construção de novos edifícios, apoia a recuperação de edifícios.-----

Referiu que, numa reunião que teve com o Sr. Ministro, na qual também esteve presente o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Emídio Sousa, foi colocada uma hipótese que julga que poderá ser a solução definitiva para esse problema. A esse propósito disse que, dentro de dias, ou semanas, iniciar-se-á a construção da nova escola EB 2,3 de Santa Maria da Feira, ficando livre a atual escola EB 2,3 Fernando Pessoa. Deu nota que a intenção é que no terreno onde está a escola EB 2,3 Fernando Pessoa seja construído o novo Centro Escolar de Santa Maria da Feira, frisando, contudo, que esse terreno é muito grande e que, retirado o espaço necessário para a construção do Centro Escolar restarão, ainda, cerca de 5000 m<sup>2</sup> disponíveis.- Referiu que, assim sendo, foi sugerido ao Sr. Ministro da Administração Interna a recuperação de alguns pavilhões da atual escola EB 2,3 Fernando Pessoa para se proceder à instalação da esquadra da PSP, dizendo que a Câmara ficou de mandar uma proposta para o Ministério logo que o estudo de reafectação dos terrenos da escola EB 2,3 Fernando Pessoa esteja concluído, ressaltando que por aí passará a solução.-----

Relativamente à intervenção do membro Telmo Gomes, destacou que aquele membro disse que já sabia qual a resposta que ele – Presidente da Câmara – iria dar, e que isso é a garantia de que costuma ser coerente nas respostas que dá. Salientou, contudo, que como o membro Telmo Gomes já sabia a resposta, escusava de lha dar.-----

O Sr. Presidente concluiu a sua intervenção aludindo à questão sobre o corte do trânsito junto ao estádio Marcolino de Castro, dizendo que foi alertado para essa situação a meio da manhã desse dia e que, perante isso, falou com o vereador responsável por essa área, o qual falou com a PSP, frisando então que, por uma intervenção da Câmara, o trânsito foi reaberto ao final da manhã.-----

-----  
Usou da palavra o membro *Victor Neves* (PS) para dizer que tinha em sua posse uma fatura/recibo emitida pela Câmara, e que nela são cobrados 5 euros de taxa de rede de água, 5 euros de taxa de rede de saneamento, bem como a taxa relativa aos resíduos sólidos urbanos,



dizendo, a esse respeito, ser grave que sejam cobradas as taxas de rede de água e de rede de saneamento quando a família não está a beneficiar desses serviços. -----

Em relação à Comissão de acompanhamento à recuperação das Pedreiras de Lourosa, frisou ser um assunto que diz respeito à Assembleia Municipal, recordando que essa Comissão foi constituída pela Assembleia Municipal e que à Câmara compete disponibilizar os meios necessários para que a mesma se desloque ao local as vezes que forem tidas convenientes. Referiu que tem visitado o local ao fim de semana, mas que o faz a título individual, como cidadão, ressaltando que, nos dias de trabalho, não abandona o seu trabalho para ir às Pedreiras de Lourosa, nem o quer fazer em nome individual porque não quer desrespeitar a Comissão. -----

O membro *António Cardoso* (PS) pediu a palavra para recordar que colocou uma questão relacionada com os editais sobre o estabelecimento de medidas preventivas para a implementação do PERM, e que essa questão não foi respondida. -----

O membro *Nuno Serrano* (BE) pediu a palavra, iniciando por dizer que o Sr. Presidente da Câmara não esclareceu a questão quanto às desconformidades entre o que afirmou numa sessão anterior da Assembleia Municipal, acerca de protocolos com a comunicação social, e a resposta que a Câmara Municipal deu a um requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda. -----

Disse também ter ficado, para o Bloco de Esquerda, ainda mais claro que para os executivos das Câmaras Municipais de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira, a privatização da Linha do Vouga é a solução virtuosa. -----

Concluindo, e sobre a última intervenção do membro Rui Tavares, frisou que o CDS-PP votou contra o não encerramento da Linha, ou seja, que votou a favor do encerramento da mesma. -----

O membro *Marco Jesus* (PS) pediu a palavra para dizer que, não tendo o dom do seu colega de bancada Telmo Gomes, não conseguia adivinhar a resposta do Sr. Presidente da Câmara à questão que o próprio Telmo Gomes colocou, pelo que gostava de saber essa mesma resposta. -----



Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por, relativamente à última intervenção do membro Victor Neves, dizer que tornava a explicar que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal aprovaram a chamada taxa de rede, a ser cobrada aos munícipes que, tendo a possibilidade de efetuarem a ligação à rede de abastecimento de água e à rede de saneamento, não o fizeram. Voltou a realçar que caso alguém esteja a receber uma fatura da Câmara e não tem a rede à porta, só tem de contactar a Câmara e o assunto é resolvido num minuto, frisando já ter admitido que podem estar a ocorrer lapsos porque são milhares de faturas por semana, mas que não vale a pena dramatizar coisas que não têm de ser dramatizadas. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro António Cardoso, sobre os editais, disse que, pelo que o Sr. vereador acabou de informar, esse assunto ainda não foi publicado no Diário da República e que a publicitação dos editais acontecerá em simultâneo com a publicação no Diário da República. -----

O membro *António Cardoso* (PS) mencionou que já viu a publicitação no jornal Terras da Feira, ao que o *Sr. Presidente da Câmara* retorquiu que, se tal publicitação saiu no jornal Terras da Feira, a mesma não é oficial, ressaltando que só a partir da publicação no Diário da República é que começam a contar os prazos, e que só então serão publicitados os editais. -----

Concluiu aludindo ao proferido pelo membro Marco Jesus, dizendo-lhe que o membro Telmo Gomes não precisa de defensores e que se o mesmo tivesse alguma questão a levantar não precisaria, para o fazer, de terceiros. -----

*Saiu o membro Leandro Reis.* -----

#### PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

##### 1 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do I Relatório de 2012, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 31 de janeiro de 2012, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –



submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento do assunto.-----

*Saíram os membros António Vilar Oliveira, Alexandra Sousa, Manuel Mota Pinho, e o Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver – Amaro Araújo. Saiu, também, a representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge – Sr.ª Maria Rosa Santos.*-----

## 2 – Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa – PUACL -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe – cujos documentos associados foram distribuídos, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia – e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O Sr. Presidente da Câmara pediu que fosse o vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, José Manuel Oliveira, a explanar o assunto. -----

O Sr. vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, *José Manuel Oliveira*, explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de janeiro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer que, na reunião prévia de líderes, já adiantou que este seria um assunto a retirar da Ordem do Dia, e que passaria a explicar à Assembleia o porquê desse seu entendimento.-----

Fez sobressair que o aparecimento de planos de urbanização é um sinal de boa disciplina urbanística e que, embora atrasados, são bem-vindos, que deveriam haver mais desses planos,-----



*[Handwritten signature]*  
A.  
C.

ressaltando que o desordenamento urbanístico do Concelho seria muito menor, que se deixaria de ter fábricas no meio de habitações, ou habitações de rés do chão e andar ao lado de prédios com 3 ou 4 andares, ou seja, que haveria uma outra organização no território. -----

Referiu, então, que as suas primeiras palavras deviam ser para elogiar e aplaudir o aparecimento daquele que é, segundo disse saber, o primeiro plano de urbanização do Concelho mas que, após apreciar a tramitação do processo, sentiu que o mesmo tem insuficiências na sua apresentação, na sua divulgação, considerando haver uma profunda ausência de discussão pública. -----

Disse que a Junta de Freguesia de Lourosa habituou a que, no âmbito de matérias da mesma natureza, se convidasse os lourosenses, as associações, o movimento associativo, ou seja, as forças vivas a participarem e a contribuírem para o enriquecimento de tal género de documentos. -----

Salientou, contudo, que apesar de ser um plano estratégico para a cidade de Lourosa, passou quase despercebido à maioria das pessoas, destacando que a prova da falta de divulgação pública foi o desconhecimento manifestado pelos membros da Assembleia de Freguesia de Lourosa. Frisou, então, que tal assunto, de tanta importância para o futuro de Lourosa, passou ao lado do órgão mais representativo daquela cidade. -----

Fez notar que a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, no seu artigo 34.º, dá competência às Juntas de Freguesia para se pronunciar na elaboração de planos de urbanização das suas freguesias, dizendo ter estranhado, até pelo sentido de responsabilidade, interesse e dedicação que sempre reconheceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, que tal matéria tenha passado despercebida, ainda mais tratando-se de uma matéria geradora de conflito e polémica. Questionou se o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa não foi ouvido sobre a matéria em questão, conforme a lei determina. -----

Prosseguiu dizendo que o segundo motivo de preocupação prende-se com um aspeto mais técnico, salientando que a parte central da cidade de Lourosa está envolvida, ou está envolvente, de uma área da cidade de Fiães que, também ela, vai ser sujeita a um plano de urbanização. -----

Disse, nessa medida, que fazia todo o sentido que os dois planos fossem presentes à Assembleia Municipal em conjunto, para se poder apreciar a continuidade urbanística e o entrosamento de um plano com o outro. -----





Concluindo a sua intervenção, o membro António Cardoso sublinhou a importância das duas preocupações que explicou, frisando que, por essas razões, os eleitos do Partido Socialista requerem que o ponto seja retirado da Ordem do Dia, baixando à Assembleia de Freguesia de Lourosa para que a mesma faça o seu debate e se pronuncie para, posteriormente, e se possível, os Planos de Urbanização referentes às cidades de Lourosa e de Fiães sejam, conjuntamente, presentes à Assembleia Municipal, para a mesma se poder pronunciar. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que o mesmo se pronunciasse face ao requerimento oral feito pelo membro António Cardoso, ao que o Sr. Presidente da Câmara pediu que fosse o vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, José Manuel Oliveira, a responder sobre o assunto. -----

Usou da palavra o Sr. vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, *José Manuel Oliveira*, que começou por dizer que não percebia a intervenção feita pelo membro António Cardoso, pedindo aos serviços de apoio para fazer distribuir pelos líderes dos partidos com representação na Assembleia um documento, que disponibilizou, para que os mesmos pudessem acompanhar a explicação que ia dar à Assembleia. -----

Referiu não compreender como é possível se dizer que a matéria em causa passou ao lado de discussão, que não houve divulgação, bem como uma afirmação que ouviu na rádio, de que o Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa foi feito às escondidas, fazendo sobressair que ficou perplexo com tais afirmações. -----

Fez, em seguida, um histórico de alguns acontecimentos, começando por realçar que, na edição de 20 de dezembro de 2010, no jornal Correio da Feira, a uma pergunta do Sr. vereador António Bastos, na reunião de Câmara, foi dito que a Câmara ia começar a elaborar dois planos de urbanização em Lourosa e Fiães. -----

Deu nota que na reunião de Câmara de 7 de Fevereiro de 2011 foi aprovado a elaboração desses planos e que essa deliberação foi publicitada no portal da Câmara, informando ainda que no dia 11 de fevereiro de 2011 foi publicitado, no Jornal de Notícias, a abertura do procedimento e o prazo para o acolhimento de sugestões para a elaboração do Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa. -----

Salientou que, no jornal Terras da Feira, em 14 de fevereiro de 2011, é publicada uma notícia



onde se diz que Lourosa e Fiães vão ter planos de urbanização e que, no jornal Correio da Feira, na mesma data, é publicada uma notícia, com grande destaque, dizendo que o objetivo do plano de urbanização é potenciar as duas cidades, de Lourosa e Fiães, segundo palavras suas – vereador José Manuel Oliveira.-----

Informou que no dia 14 de fevereiro de 2011 é publicado mais um aviso no jornal Terras da Feira, que no dia 17 de fevereiro de 2011 é publicado em Diário da República e que no dia 19 de fevereiro de 2011 é publicado no Semanário Expresso. Comunicou que, entretanto, foi divulgado no portal da Câmara a deliberação camarária de 08 de agosto de 2011, em que é aprovada a proposta do Plano de Urbanização.-----

Fez menção a uma notícia no jornal Terras da Feira, em 15 de agosto de 2011, em que se dizia que o plano de urbanização prevê novas ruas e mais lugares para estacionar.-----

Disse que na reunião ordinária da Câmara realizada a 28 de novembro de 2011 foi deliberado proceder à abertura de um período de discussão pública, e que essa deliberação foi publicitada no portal da Câmara. Referiu que essa deliberação foi, também, publicada no Jornal de Notícias, no Semanário Expresso e no jornal Terras da Feira, respetivamente nos dias 30 de novembro de 2011, 3 e 6 de dezembro de 2011, informando que o aviso para a abertura do período de discussão pública foi publicado no Diário da República de 7 de dezembro de 2011. Salientou ter sido publicitado, no portal da Câmara, a deliberação camarária de 23 de janeiro de 2012, em que aprova o Plano, e que no Jornal de Notícias de 27 de janeiro de 2012 foram publicados os resultados da discussão pública, dando nota que esses resultados foram igualmente publicados no Semanário Expresso e no jornal Terras da Feira, respetivamente em 28 de janeiro de 2012 e em 6 de fevereiro de 2012.-----

Frisou ter mencionado cerca de 20 publicações no espaço de um ano, fazendo sobressair não perceber como se pode dizer que o assunto foi tratado às escondidas, sem ninguém saber, salientando que, da próxima vez, só se lhe disserem a que horas estão em casa para ir tocar à campainha.-----

Sublinhou que o facto de não haver participação, por escrito, no âmbito do procedimento, não significa que as pessoas não estejam interessadas, não significa que não se fizeram reuniões, que não se tenha discutido o assunto, fazendo notar que ele próprio realizou reuniões sobre o plano, inclusivamente com membros da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia.-----  
Concluiu frisando que, nessa área, há trabalho realizado, e que a ausência de pronúncia



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

provavelmente significa concordância, que ninguém teve nada a opor, ao contrário daquilo que se está a tentar fazer crer e que, portanto, considera não haver qualquer razão para que o assunto fosse retirado da Ordem do Dia da presente sessão. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o requerimento apresentado pelo membro António Cardoso a votação, no sentido de que o ponto fosse retirado da Ordem do Dia, verificando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 votos a favor do requerimento (PS:11, BE), 36 votos contra (PSD:34, CDS-PP, Ind.) e 9 abstenções (PS:8, CDU), rejeitar o requerimento em referência. -----

Assim sendo, o Sr. Presidente da Assembleia introduziu o debate do ponto em epígrafe. Registadas as inscrições dos membros que pretendiam intervir sobre a matéria em discussão, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro António Cardoso. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que iniciou dizendo que, embora tivesse pouca fé de que o seu pedido fosse ser aceite pela Assembleia, tinha, como pessoa de fé que é, de apresentar tal requerimento. -----

Referiu que, quanto ao Plano de Urbanização em causa, tinha alguns reparos a fazer, em termos de políticas urbanísticas. Ressaltou que o primeiro reparo tinha a ver com a configuração da área abrangida, questionando qual a razão para que se tivesse retirado um quarteirão que fechava a área englobada pelo Plano, dizendo tratar-se de um quarteirão onde se encontram fábricas, algumas delas desativadas, e que, sendo incluído no Plano de Urbanização, permitiria regular esse território. -----

Perguntou, também, por que razão não foram sinalizados, com clareza, todos os loteamentos que se efetuaram em Lourosa, para que as pessoas soubessem o que está aprovado para loteamento. -----

Em seguida, e a respeito de uma afirmação proferida pelo vereador José Manuel Oliveira, disse que teve o cuidado de confirmar que não é verdade que o Sr. vereador se tivesse reunido com os membros da Assembleia de Freguesia de Lourosa. Disse, nesse âmbito, que pelo menos com os membros do PS não se reuniu, e que se o Sr. vereador se reuniu com os membros do PSD isso denota que houve uma discriminação intolerável para com um Órgão



que merece todo o respeito.-----

Questionou se alguém acredita que o proprietário de um terreno que vai ser usado para estacionamento privativo, não tivesse reagido, de alguma forma, na discussão pública, ao ficar a saber que, ao lado, vai ser permitido construir um edifício com rés do chão e quatro andares. Disse ser óbvio que o proprietário desse terreno teria reagido, e que questões como essas terem passado sem qualquer reclamação lhe causa alguma perturbação e perplexidade. -----

O membro António Cardoso prosseguiu a sua intervenção dizendo que, ao longo dos anos, foi adquirindo alguns conhecimentos em termos urbanísticos e que sempre ouviu dizer, a respeito da EN1, que foi um erro que se tivesse permitido construir, ao longo dessa via, edifícios com cêrceas de 3 andares. Nesse âmbito disse constatar, no Plano de Urbanização, que ao longo de uma via estruturante como é a que vai dos semáforos até ao Calvário, são admitidos edifícios do tipo N3, salientando que isso corresponde a edifícios com rés do chão e mais 3 andares, ressaltando que, respeitando os urbanistas, não gosta, pessoalmente, dessa decisão. -----

Aludiu, em seguida, a um quarteirão próximo do campo de futebol, que disse ser polémico, destacando em que todo o quarteirão é N1, ou seja, admitindo habitações de rés do chão e andar, mas que aparece um pequeno naco desse quarteirão a N3. Questionou como é que essa situação é possível, dizendo que se residisse numa habitação de rés do chão e um andar e visse, ao lado de sua casa, um mamarracho desse género, não ficaria satisfeito. Referiu estar-se a referir a um loteamento que é público, lamentando, contudo, que não apareça no Plano de Urbanização como loteamento. Frisou que tais situações deixam os eleitos pelo Partido Socialista bastante preocupados, dizendo que aquele naco, no meio do quarteirão, é quase como que um “gato escondido com o rabo de fora”. -----

Salientou que outro dado que poderia ser alvo de reflexão e que tem de ser percebido, é que o Plano de Urbanização em questão é feito, numa grande parte, baseado no que já existe, dando nota de já existirem muitas habitações de rés do chão e andar. -----

Chamou, ainda, a atenção para o facto de a mancha verde não chegar aos 1% da área envolvida no Plano, dizendo ser uma coisa triste mas, ao mesmo tempo, reconhecendo que não se podem inventar zonas verdes, que não se pode estar a destruir propriedades para fazer zonas verdes. Disse que, apesar disso, considera que ter somente cerca de 5 mil metros quadrados de área verde num Plano que envolve perto de 1 milhão de metros quadrados de intervenção, é muito pouco. -----



Concluindo disse que, caso tivesse havido discussão pública e caso o assunto tivesse sido presente à Assembleia de Freguesia de Lourosa, os reparos que fez poderiam ter sido corrigidos e que, nesse caso, o Partido Socialista teria todo o gosto em votar favoravelmente o assunto mas que, como isso não se verificou, e tendo em conta a cércea especial que foi feita ao Plano em discussão, os eleitos do Partido Socialista tinham muita dificuldade para votar favoravelmente o Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa.-----

-----  
Interveio o membro *Victor Neves* (PS), que começou por dizer que subscrevia, na íntegra, o que foi proferido pelo seu colega e líder de bancada, o membro António Cardoso. -----

Em seguida, e dirigindo-se ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, disse que, independentemente do respeito mútuo, como pessoa frontal que é, não podia, de forma alguma, corroborar certas atitudes e procedimentos. -----

Referiu que não tinha dados concretos caso contrário a sua intervenção seria de outra espécie, mas que de qualquer forma perguntava se não haveria um certo encapotamento por parte da Câmara, no Plano de Urbanização em causa, com vista a salvaguardar outro tipo de interesses que não os legalmente instituídos. -----

Pedi que lhe fosse concedido o benefício da dúvida, salientando que, da sua parte, é levado a crer que existe esse encapotamento, mas que o futuro irá responder a essa questão. -----

Questionou, também, se não haverá convivência da Junta de Freguesia de Lourosa, com a Câmara Municipal, relativamente a essa matéria, dizendo esperar que não, ressaltando, contudo, que ficou estupefacto pela não convocação de uma sessão da Assembleia de Freguesia para discutir o assunto.-----

Disse ser com muita mágoa que refere que, ao contrário do que a canção diz, não é o povo quem mais ordena, frisando que se o povo ordenasse a sociedade não estaria a seguir o caminho que tem vindo a seguir, há uns largos anos a esta parte. -----

Sublinhou que o povo de Lourosa devia ter sido convocado, destacando que a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, dá a faculdade ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de requerer, ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, uma sessão extraordinária daquela Assembleia. -----

Disse ter ficado muito desapontado por não ter sido convocada tal sessão extraordinária mas que, a esse respeito, falará no local próprio, ou seja, na Assembleia de Freguesia de Lourosa, dizendo que conhece muito bem o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e que o

---



reconhece como sendo uma pessoa suficientemente esclarecida, uma pessoa que não deixa passar ao lado tais situações, pelo que se questionava se o próprio Presidente da Assembleia de Freguesia não estaria alertado ou devidamente elucidado para o que se estava a passar.-----  
Salientou que, pelo que entendeu das palavras do vereador José Manuel Oliveira, o mesmo terá tido reuniões com membros da Assembleia de Freguesia. Questionou com quais membros o Sr. vereador esteve reunido, ressaltando que teve a oportunidade de confirmar com um membro da Assembleia de Freguesia de Lourosa, pelo Partido Socialista, no caso o Sr. Licínio Oliveira, dizendo que se abeirou junto dele dado que o mesmo se encontrava presente na parte do público, e que o mesmo lhe confirmou que não tinha sido convocado para qualquer reunião com o Sr. vereador José Manuel Oliveira. -----

-----  
O *Sr. Presidente da Assembleia*, em seguida, e uma vez que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa – Sérgio Ribeiro – manifestou intenção de intervir no debate, e dada a circunstância do mesmo ser 1.º Secretário da Mesa da Assembleia, convidou o membro António Cardoso – na qualidade de líder do grupo municipal do Partido Socialista – a indicar um elemento do seu grupo para tomar o lugar do membro Sérgio Ribeiro na Mesa da Assembleia, até ao final do debate do ponto em discussão, tendo sido indicada a deputada municipal Carla Adriana Pinto, que tomou o respetivo lugar na Mesa. -----  
Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro Filipe Moreira. ---

-----  
Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU), que leu documento escrito que deixou à Mesa e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Quanto a este ponto deixe-me desde já referir que a CDU votará a favor. Porém não poderíamos deixar de apontar algumas notas que no nosso entendimento são importantes para esta discussão. -----

Em primeiro lugar, gostaríamos de louvar a Câmara Municipal por este plano. É um plano que faz falta a Lourosa. Chegou tarde, é certo, e chegou tarde porque esta freguesia – como a maioria das freguesias deste Concelho – vive num caos urbanístico quase comparável às “favelas” no Brasil. A proliferação de pequenas indústrias em áreas residenciais, a falta de demarcação de zonas funcionais nítidas, a malha urbana inconsistente e desarticulada, a inexistência de faixas pedonais, ou aquilo que já foi designado “ditadura do asfalto”, em nada



contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes feirenses e para a criação de condições de atractibilidade para o nosso concelho. O crescimento desordenado das freguesias tem certamente culpados, mas não é esse aspecto em discussão neste momento. -----

Nós, CDU, defendemos que planos como este devem ser elaborados para todas as freguesias do concelho, e não só a Lourosa. Mas, para isso, talvez fosse conveniente dispormos da tão aguardada revisão do Plano Director Municipal... Aquela que, quando vier a lume, talvez seja, já, neta da que todos esperamos. -----

Como referi, votaremos a favor. Contudo, estaremos atentos a qualquer tentativa de subversão do plano que venha a ser aprovado. -----

Para finalizar, e tendo em conta que o mais importante num plano é a sua real execução, resta-me perguntar se o plano irá mesmo existir na prática, ou se será como aqueles escritores que passam toda uma vida a planear a sua grande obra, morrendo sem que ela venha à luz. A que programas de desenvolvimento urbano prevê a Câmara recorrer para colocar em marcha e execução cabal deste plano, nas suas múltiplas vertentes?" -----

-----  
Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por saudar o aumento da qualidade gráfica do trabalho disponibilizado aos membros da Assembleia, proveniente do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, incluindo mapas com fotografias de satélite de fácil perceção, dizendo que tinha de saudar esse aspeto depois do reparo que tinha feito na última sessão da Assembleia Municipal. -----

Referiu considerar os planos de urbanização e os planos de pormenor como sendo instrumentos fundamentais para o bom urbanismo do Concelho, ressaltando que todas as freguesias já deveriam ter planos de pormenor da sua zona central, conforme o Plano de Urbanização que está a ser feito para Lourosa. -----

Frisou que ia ser muito concreto e objetivo na questão que queria colocar à Câmara, dizendo relacionar-se com o famoso edifício de Lourosa. Referiu que o membro António Cardoso já falou no quarteirão, estando-se a referir ao edifício de Lourosa em questão, em que passou de uma cota N1 para uma cota de N3, exatamente no sítio desse edifício que parcialmente devia ser demolido. Disse que, tal como não acredita em coincidências, também não acreditava que este Plano de Urbanização tenha sido feito de encomenda para resolver o problema desse edifício, mas que acreditava que o Plano foi aproveitado para resolver esse problema. -----



Salientou que, perante isso, a questão simples e objetiva que colocava é se o Plano de Urbanização foi a solução que a Câmara encontrou para resolver o problema do prédio de Lourosa e não demolir o último andar do mesmo. -----

Ressaltou que esse processo do edifício de Lourosa chegou a este Plano de Urbanização porque houve uma sentença do Tribunal que não foi cumprida, afirmando, a esse respeito, considerar que o não cumprimento da sentença é um desrespeito lamentável por parte do Sr. Presidente da Câmara. Frisou que a Câmara, contornando todas as regras possíveis e imaginárias, não cumpriu essa sentença e resolve o problema da forma como se está a ver, dizendo, a esse propósito, que por mais que esse edifício venha a ser legalizado, tal como o Plano de Urbanização o vai permitir, que esse não cumprimento da sentença não fica bem à Câmara Municipal e é uma nódoa que permanecerá para sempre. -----

Referiu já ter admitido, e que o tornava a fazer, que gastar, no presente momento, um milhão e meio de euros na demolição de um andar desse prédio seria dinheiro mal empregue porque, em termos de custo/benefício, essa demolição representaria um benefício quase nulo para os feirenses, ressaltando que a não demolição prejudica, essencialmente, o munícipe que mora ao lado do prédio. -----

O membro Rui Tavares concluiu a sua intervenção sublinhando que gostava de saber se a Câmara também admite que o Plano de Urbanização foi a estratégia que definiu para não gastar esse milhão e meio de euros. -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, *Sérgio Ribeiro*, que começou por salientar que pretendeu intervir dado a matéria em causa ter a ver com Lourosa, pela importância que a mesma se reveste, e também pelo facto de se ter gerado alguma polémica, à qual disse estar completamente alheio. -----

Referiu que a Junta de Freguesia sempre apresentou claramente todas as matérias que dizem respeito à cidade, lembrando que, como, por exemplo, no caso da Quinta do Chora, disse que a Assembleia de Freguesia, seguramente, se pronunciaria sobre esse ou qualquer assunto que fosse dessa importância. -----

Salientou que foram feitas algumas leituras ou extrapolações mas que, quanto a essas, a Junta de Freguesia não tinha conhecimento nenhum nem as queria explorar. Referiu que o que já disse, até à comunicação social, e que tornava a dizer, foi que, ao longo dos últimos anos, a





Junta de Freguesia de Lourosa acompanhou, no Pelouro do Planeamento e Urbanismo da Câmara, um conjunto de estudos e propostas, frisando que algumas delas até foram consagradas e votadas na Assembleia de Freguesia de Lourosa, como novos estudos urbanísticos, zonas verdes, ciclovias, áreas de equipamento, fazendo sobressair que todo esse trabalho culminou, agora, na apresentação do presente Plano de Urbanização. -----

Sublinhou que se há outras coincidências, não as quer ventilar na Assembleia Municipal porque em nenhuma reunião com o Sr. vereador José Manuel Oliveira foram referidas, dizendo, então, que se há coincidências ou se querem fazer tal tipo de leituras, que as façam, mas que ele – Sérgio Ribeiro – não queria ser protagonista dessa situação. Disse que o que lhe interessava realçar era a importância do Plano de Urbanização, no seu todo, para o desenvolvimento urbanístico de Lourosa, deixando a crítica de que o Plano já devia ter acontecido há mais tempo. -----

Disse que só há dias persentiu que iria ser gerada polémica sobre o assunto, dizendo, sobre isso, que nunca teve qualquer problema em fazer funcionar qualquer órgão da Freguesia e que, portanto, se eventualmente fosse necessário reunir a Assembleia de Freguesia, que rapidamente falava com o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia e que aquele Órgão se reuniria. -----

Frisou não lhe parecer que um documento da importância como o é o Plano de Urbanização em causa, após ter sido consagrado e amplamente discutido ao longo dos últimos três anos, até com apresentação pública, no auditório da Junta de Freguesia, de um Projeto de Plano Estratégico de Lourosa, pudesse merecer qualquer reparo, no seu todo, quanto à sua importância e quanto ao contributo positivo que considera trazer para Lourosa. -----

Concluiu sublinhando que, no caso em concreto do edifício de Lourosa, sempre esteve alheio a essa situação e que queria continuar alheio, dizendo que quem o conhece sabe que, neste caso, a verdade é tão fácil que não lhe incomodava absolutamente nada revelá-la. -----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, *Fernando Moreira*, que começou por dizer que lhe custa a entender que, tendo o Plano de Urbanização em causa sido tão divulgado ao longo, pelo menos, do último ano, que as pessoas não se tenham apercebido do mesmo para emitirem as suas opiniões. -----

Elogiou a coragem do membro Rui Tavares por ter colocado, frontalmente, a questão que



*[Handwritten signature]*  
3.

colocou, enquanto outros não o fizeram com a mesma frontalidade.-----

Disse ser impossível, na elaboração de um Plano desse tipo, beneficiar toda a gente, fazer com que todos os terrenos tenham o mesmo benefício, salientando que é exatamente por isso que existe uma coisa que se chama perequação, para beneficiar aqueles que eventualmente possam ficar mais prejudicados num projeto de tal natureza. -----

Referiu não concordar que se levantem tais questões e se faça tal género de críticas, para que se suspenda o processo e se façam mais reuniões, ou seja, para que se atrase ainda mais o que se diz já estar atrasado. -----

Frisou ainda que, ao contrário do que foi dito, não lhe passaria pela cabeça que a autarquia de Lourosa não tenha acompanhado, a par e passo, o Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa. -----

Salientou que também foi referido que houve várias intervenções, a esse respeito, ao nível de reuniões camarárias, dizendo, sobre isso, estranhar que a ligação entre o Partido Socialista na Câmara e o Partido Socialista na Assembleia Municipal não funcione, realçando que se os elementos do Partido Socialista tinham tanto interesse em intervir na matéria com certeza que o poderiam ter feito, até pelos anúncios feitos em publicações públicas, em jornais, no Diário da República e no portal da Câmara. -----

Concluiu dizendo considerar que se está a querer empatar aquilo que já se diz chegar tarde, dando nota que, naturalmente, os membros do PSD votam favoravelmente o Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa. -----

-----  
O membro Nuno Serrano (BE) prescindiu de usar da palavra relativamente a esta matéria. -----

-----  
Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, *José Manuel Oliveira*, para prestar alguns esclarecimentos face às intervenções que foram feitas.-----

Começou por dizer, em relação à configuração da área do Plano, que a configuração resultou da discussão que foi sendo feita com os técnicos e tendo em conta a área que se entendia como prioritária para o estudo da área central da freguesia de Lourosa. Frisou que se, no período de acolhimento de sugestões, alguém tivesse sugerido uma alteração, a Câmara estaria aberta a redefinir essa mancha, dizendo que não havia nada que impusesse a mancha

---



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

que foi contemplada no Plano de Urbanização. Frisou que foi uma mancha sugerida pela equipa técnica, que essa mancha foi aceite pela Câmara e que, a partir daí, avançou-se para o Plano de Urbanização.-----

Quanto ao referido pelo membro António Cardoso de que todos os loteamentos deviam estar referidos no Plano de Urbanização, disse que o que a lei refere como sendo obrigatório constar é a Carta de Compromissos. Explicou que a Carta de Compromissos é uma carta onde se representam os edifícios que estão em fase de licenciamento, que não estão contemplados no território, ressaltando que todos os edifícios que estão aprovados não têm que constar dessa Carta de Compromissos. Referiu, contudo, que quem quiser ter esse trabalho pode consultar no site da Câmara, no portal Mirante, todos os processos de loteamento que estão aprovados na freguesia de Lourosa. -----

Salientou, ainda, que a área a que o membro António Cardoso se referiu, em frente ao campo de futebol, não é um loteamento, são parcelas de terreno, e que, portanto, o membro António Cardoso está a faltar à verdade quando diz tratar-se de um loteamento.-----

Relativamente à acusação da falta de debate, disse pensar que essa situação já ficou plenamente esclarecida, explicitando, a esse propósito, que quando referiu que falou com membros da Assembleia de Freguesia de Lourosa, falou com aqueles que se dirigiram a ele e que quiseram falar sobre o assunto. Esclareceu que não convocou nenhuma reunião com os membros da Assembleia de Freguesia de Lourosa, nem convocou uma reunião com os membros deste ou daquele partido político, mas sim que se reuniu com aqueles que, com ele, quiseram falar do Plano de Urbanização em questão. -----

O vereador José Manuel Oliveira prosseguiu dizendo que também não corresponde à verdade a afirmação de que, em frente ao campo de futebol, se passou de uma cêrcea N1 para N3. Salientou, sobre essa questão, que se pode verificar pelas cartas que, ao longo da Rua Central de Lourosa, existe uma mancha contínua de N3 e que, portanto, não sabia em que cartas é que o membro António Cardoso viu essa informação. -----

Referiu, em seguida, que o membro António Cardoso disse haver um terreno reservado no Plano para parque de estacionamento ao lado de um edifício, ressaltando, quanto a essa afirmação, não estar a conseguir identificar no Plano de Urbanização essa situação, pedindo ao membro António Cardoso que o ajudasse a identificar esse local. -----

O membro *António Cardoso* disse que se estava a referir ao terreno junto à Piscina e ao



Centro Paroquial, ao que o vereador *José Manuel Oliveira* explicou que, do lado direito da entrada da piscina existe um pequeno parque de estacionamento e que, ao lado desse parque, há um terreno destinado a equipamento público, terreno esse que está, também, na traseira da escola EB1.-----

Relativamente à questão colocada pelo membro Victor Neves, disse já ter explicado que não se reuniu com todos os elementos da Assembleia de Freguesia de Lourosa mas sim com aqueles que quiseram falar com ele sobre o assunto.-----

Quanto à intervenção feita pelo representante da CDU – Filipe Moreira – disse ter ficado muito triste, porque é de Lourosa, que se diga que a sua freguesia seja igual às favelas do Brasil, salientando que lhe pareceu um termo comparativo que é totalmente exagerado e que considera que pode, até, ser ofensivo para a população de Lourosa.-----

Sobre a questão se o Plano de Urbanização vai, na prática, existir, realçou que caso a Assembleia Municipal o aprove, então que o mesmo será publicado, entrando em vigor.-----

A respeito da intervenção efetuada pelo membro Rui Tavares, salientou que aquele membro, num Plano que envolve uma área de cerca de um milhão de metros quadrados, equivalente a cerca de 100 estádios de futebol, focalizou o problema numa baliza, num edifício. Sobre essa questão, frisou que não ia balizar o Plano num edifício porque isso seria reduzir a importância do Plano de Urbanização para a freguesia de Lourosa, ressaltando que se pretende que esse Plano seja estratégico.-----

O vereador José Manuel Oliveira concluiu a sua intervenção dizendo, a propósito do prédio de Lourosa, que se permitia afirmar que as decisões judiciais irão ser seguidas.-----

-----  
Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que iniciou por referir que, naturalmente, o Sr. vereador José Manuel Oliveira fala com quem quiser, dizendo, contudo, que também há conveniências com quem falar.-----

Frisou que ficou por explicar qual a razão para a Assembleia de Freguesia de Lourosa nunca ter reunido, realçando, no entanto, que na sua freguesia, em Pigeiros, a respeito do PERM, a Assembleia de Freguesia reuniu por duas ou três vezes e a Câmara serviu-se disso para dizer que a Assembleia também se pronunciou num determinado sentido. Salientou que, neste caso, não interessou à Câmara que a Assembleia de Freguesia de Lourosa tivesse reunido.-----

Fez sobressair, relativamente ao edifício de Lourosa, que foi inviabilizado um prédio a um

---



determinado requerente e, depois, foi viabilizado a um outro requerente, ressaltando que para uns serviu uma coisa e para outros não, dizendo ser bom que essa questão fique clara e que não haja dúvidas quanto a essa situação. -----

Disse, relativamente à questão do terreno junto ao Centro Paroquial, que o certo é que esse terreno não será para um parque de lazer, dizendo que esse é que seria um equipamento adequado e necessário junto àquele Centro. Salientou ser óbvio que o proprietário do terreno que ficou classificado para equipamento público, ao lado de um edifício de tipologia N3, devia ter sido ouvido. -----

O membro António Cardoso disse, como que adiantando a declaração de voto, que os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal votavam contra o Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa porque, em primeiro lugar, não houve suficiente divulgação da discussão pública, em segundo lugar porque a Assembleia de Freguesia não foi ouvida numa decisão tão importante e, em terceiro lugar, por ter ficado claro, no debate, que houve uma discriminação na tipologia atribuída a um terreno, que vai tornar um licenciamento ilícito em legalizável. -----

-----  
Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), dando nota que a resposta dada pelo Sr. vereador José Manuel Oliveira disse-lhe quase tudo, mas que o silêncio do Sr. Presidente da Câmara disse-lhe muito mais. -----

Fez sobressair que, por uma questão de boa-fé, iria votar favoravelmente o Plano de Urbanização, e que o faria acreditando nas palavras ditas pelo Sr. vereador, de que as sentenças são para cumprir. -----

Frisou que não se ia esquecer desse momento, e que mais tarde ainda se falará do assunto. -----

-----  
Interveio a deputada municipal *Fernanda Paula Oliveira* (PSD), que começou por frisar que não se pronunciaria, em concreto, sobre o Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa, mas que queria esclarecer algumas coisas que ouviu e que não correspondem à realidade. -----  
Sublinhou que o plano projeta a solução para futuro, é uma proposta em termos de ocupação territorial para o tempo de vigência desse mesmo plano, e que não é retrato do que está no território e que, portanto, não é suposto que no plano esteja o desenho dos licenciamentos que ocorreram ao longo dos anos. -----



Disse ser suposto que um plano diferencie usos, que destine áreas para equipamentos, áreas para habitação e áreas para outro tipo de funções, referindo ser também óbvio que o plano introduz desigualdades entre particulares e que é por isso que a perequação é uma obrigação do planeamento. Esclareceu que poderá haver situações que podem não ser objeto de perequação, dando como exemplo um equipamento coletivo que, por não haver terrenos públicos suficientes, teria de ser instalado num terreno privado. Frisou que mesmo nestes casos o plano não extingue o direito de propriedade e que, portanto, o proprietário continua a sê-lo apesar da previsão do plano, pelo que o seu terreno terá ou de ser adquirido por negociação ou de ser expropriado mediante indemnização. -----

Informou que o Código das Expropriações diz que os terrenos que são destinados para usos públicos, como espaços verdes ou equipamentos, serão expropriados não pelo valor do equipamento que foi desenhado no plano mas pela sua envolvente. Salientou, então, não corresponder à realidade que o particular que vê o seu terreno destinado para um equipamento é prejudicado relativamente a outro que tem área de habitação, referindo que a perequação funcionará para resolver esses problemas ou, no limite, a expropriação com pagamento de uma justa indemnização. -----

Referiu que se poderia dizer que a administração municipal está a manipular os dados porque ao prever uma área de equipamento para determinado terreno iria diminuir, em termos de expropriação, o valor do terreno, mas que o Código das Expropriações resolve essa questão dizendo que o que terá que se atender não é ao que está previsto no plano para aquele terreno, mas sim, a envolvente. Sublinhou que pelo que percebeu, no caso falado na presente sessão, a envolvente é urbana. -----

Prosseguiu dizendo que queria fazer referência a uma outra questão, relacionada com o cumprimento das decisões judiciais. Mencionou que as decisões judiciais que conhecia, a propósito de declaração de ilegalidades dos licenciamentos que contrariaram planos, limitam-se a determinar que a declaração de ilegalidade se reporta ao momento do licenciamento e que, aliás, salvaguardam que a demolição é sempre a última consequência resultante dessa declaração de ilegalidade, pelo que não haverá lugar a ela se no momento da execução da sentença a operação possa ou já tenha sido legalizada. Explicitou que quando um plano está a ser elaborado com um determinado objetivo, o mesmo pode também ser encarado como uma oportunidade para legalizar situações ilegais, e que até admite que, em



determinadas circunstâncias, um plano possa ser elaborado com essa intenção legalizadora. ---  
Salientou que isso não significa, naturalmente, que não tenham de existir sempre motivos de interesse público que justifiquem a elaboração do plano, motivos esses que podem ser objeto de controlo judicial para verificar se há um desvio de poder, isto é, se o instrumento de planeamento está a ser feito exclusivamente com intenção legalizadora para beneficiar interesses privados. -----

Disse que uma outra questão que é relevante determinar é se uma decisão judicial que declara a ilegalidade de um licenciamento que violou um plano naquele momento, limita a discricionariedade de planeamento futuro, ou seja, se o município está impedido, numa situação de planeamento futuro, até porque o interesse público o pode exigir, de optar por uma solução contrária àquela que estava na sentença judicial. -----

Nesse âmbito, disse que se estava a lembrar da sentença judicial de declaração de ilegalidade do Shopping Bom Sucesso, no Porto, que diz expressamente que a demolição é a consequência natural em termos de execução da sentença a não ser que, entretanto, a situação tenha sido objeto de regularização. Concluiu referindo que, nesse caso concreto, essa regularização poderá passar pela realização de um plano, desde que haja motivos de interesse público que o justifique. -----

*Entretanto, durante a discussão deste assunto, reentraram os membros Manuel Mota Pinho e Alexandra Sousa, tendo saído a deputada municipal Idalina Noémia Abreu e o Presidente da Junta de Freguesia de Mosteirô – Manuel Fernando Custódio. -----*

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, verificando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 42 votos a favor (PSD: 34, CDS-PP, CDU, Ind., PS: 5); 13 votos contra (PS: 12, BE), e 2 abstenções (PS), sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o Plano de Urbanização da Área Central de Lourosa – PUACL – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – nos termos e com os fundamentos constantes da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de vinte e três de janeiro de dois mil e doze. -----

Entretanto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sérgio Ribeiro, retomou o seu



lugar na Mesa da Assembleia, para o qual havia sido, momentaneamente, substituído pela deputada municipal Carla Adriana Pinto. -----

*Saiu o Presidente da Junta de Freguesia de Guisande – Mário Luís Silva.*-----

**3 – Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Área Metropolitana do Porto para o ano 2012 (para conhecimento)** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, a que se refere o officio remetido à Mesa da Assembleia pelo Presidente da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 1076, em 17 de janeiro de 2012, documento esse enviado oportunamente a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. Informou ser um assunto presente à Assembleia para conhecimento, questionando se algum dos membros pretendia intervir sobre a matéria. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Carla Pinto* (PS) para, relativamente aos documentos em causa, dizer que queria chamar a atenção para o facto de, no Plano de Atividades da Área Metropolitana do Porto para 2012, na sua página catorze, falar em assegurar a realização da ligação do Município de Arouca a uma autoestrada, através da construção do troço Mansores-A32 mas que, contudo, nada diz acerca da ligação de maior interesse para o Concelho de Santa Maria da Feira, concretamente, a ligação do IC2 à autoestrada A1. -----

Questionou ao *Sr. Presidente da Câmara* se não esteve atento aquando da discussão desse documento, deixando, desse modo, passar despercebida essa obra de tal importância para o Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, relativamente à intervenção proferida pela deputada municipal Carla Pinto, dizer que fica orgulhoso pela importância que é dada ao Presidente da Câmara, frisando contudo que, naturalmente, tem as suas responsabilidades, mas que não é o responsável por tudo o que acontece no País. Nesse âmbito, ressaltou que um membro da Assembleia, numa intervenção que realizou na presente sessão, até responsabilizou o Presidente da Câmara por uma afirmação proferida pelo *Sr. Primeiro-*





Ministro. Referiu sentir-se satisfeito pelo conceito que os membros da Assembleia têm relativamente às capacidades do Presidente da Câmara, mas que não o queiram responsabilizar por tudo o que acontece no País, e até na Europa. -----

Sobre a intervenção proferida pela deputada municipal Carla Pinto perguntou se, na Assembleia Metropolitana do Porto, os membros eleitos pela Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira para integrarem a Assembleia Metropolitana deram por essa situação e, se deram, se defenderam os interesses do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

O membro *António Cardoso* (PS), a partir do seu lugar, referiu que defendeu os interesses do Concelho, que levantou a questão na Assembleia Metropolitana do Porto e que o Sr. Presidente da Junta Metropolitana do Porto respondeu dizendo que essa ligação não foi assegurada porque o Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não quis. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* prosseguiu a sua intervenção dizendo não saber o que disse o Sr. Presidente da Junta Metropolitana do Porto, mas que conhece o Dr. Rui Rio e que não vê nele pessoa para proferir uma afirmação desse género, ressaltando que acreditava mais no conhecimento que tem do Dr. Rui Rio do que em todas as palavras que possam dizer a respeito do mesmo. -----

Salientou que, perante a situação exposta, e perante a falta de capacidade demonstrada na Assembleia Metropolitana do Porto, também podia questionar o que estão a fazer, naquela Assembleia Metropolitana, os membros da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira que foram eleitos para integrarem aquele órgão. -----

O membro *António Cardoso* retorquiu dizendo que levantou a questão na Assembleia Metropolitana, recordando, no entanto, que o Plano de Atividades foi elaborado pela Junta Metropolitana, fazendo sobressair que se o Sr. Presidente da Câmara não esteve presente nessa ocasião, que devia ter estado, mas que não viesse dizer que esse é um assunto da Europa. -----

Verificando que o Sr. Presidente da Câmara não quis prestar mais esclarecimentos sobre o assunto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento dos documentos em epígrafe. -----



Saiu o membro António Topa.-----

**ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* solicitou a alteração da Ordem do Dia, passando-se de imediato à apreciação do Ponto n.º 5, por uma questão de agilidade na condução dos trabalhos uma vez o Ponto n.º 4 tratar-se de uma designação que envolve uma votação por escrutínio secreto, o que foi aceite unanimemente pela Assembleia. -----

**5 – Procedimento de aquisição de serviços “Fornecimento de refeições escolares em confeção local e refeições a transportar para jardins de infância e escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Município de Santa Maria da Feira”** -----

**- Autorização da repartição de encargos** -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 06 de fevereiro de 2012 distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) para questionar se o procedimento de aquisição de serviços em referência está, de algum modo, relacionado com os atrasos no pagamento das refeições nas escolas, ressaltando existirem encarregados de educação que estão preocupados uma vez que, desde o início do ano letivo, essas refeições ainda não foram pagas. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para explicar que a situação a que aludiu o membro Rui Tavares não estava relacionada com o assunto que é presente à Assembleia Municipal, esclarecendo que a Câmara tinha aberto um primeiro concurso para o fornecimento das refeições escolares, mas que esse teve de ser anulado. Informou que estavam previstas, no Orçamento Municipal, as verbas relativas às despesas que seriam efetuadas nos anos de 2012, 2013 e 2014 que vigoraria essa prestação de serviços, mas que



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

como esse concurso foi anulado e como a despesa relativa ao novo procedimento de concurso vai prolongar-se ao ano de 2015, e uma vez não está prevista verba no Orçamento para esse ano de 2015, a Câmara está a pedir autorização à Assembleia para poder contratar o fornecimento das refeições escolares, com encargos repartidos pelos anos de 2012 a 2015. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) começando por dizer que a questão é que estava a ser pedida autorização à Assembleia Municipal para uma repartição de encargos de algo que ainda não foi contratualizado. -----

Referiu que, perante a anulação do primeiro concurso, a Câmara procedeu conforme é seu hábito, explicitando que a Câmara fez um ajuste direto por 120 dias, por uma verba de cerca de 332 mil euros, dizendo que se esses encargos não vão além do corrente ano de 2012 não precisavam estar contemplados na presente repartição de encargos. -----

Ainda a respeito desse procedimento de ajuste direto, salientou que a empresa que foi escolhida, a Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., tem um grande historial de má qualidade nas refeições que fornece e que para comprovar isso basta ver o que se passa nos agrupamentos de escolas de Beja, de Mafra, de Sintra, de Setúbal e de Coimbra. Disse que o executivo camarário, em Coimbra, é do PSD, e que o vereador do respetivo Pelouro está a ponderar rescindir o contrato com a Gertal devido ao mau serviço que a mesma presta e à fraca qualidade e escassez das refeições que fornece. Fez sobressair que a Câmara Municipal de Coimbra selecionou a Gertal porque isso representava uma redução, de 2010 para 2011, de 10% da despesa relativa às refeições escolares, dizendo, sobre isso, que não há milagres, e que juntamente com o preço baixou a quantidade e qualidade das refeições fornecidas. -----

Concluiu a sua intervenção fazendo sobressair que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tinha a opção de escolher outra empresa, sem o tipo de problemas que tem a Gertal, ressaltando que essa empresa até já foi acusada pela Autoridade da Concorrência, no famoso caso do “cartel das cantinas”. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por lamentar que se profiram afirmações que nada têm a ver com a realidade. Explicou, novamente, que o primeiro concurso para o fornecimento de refeições escolares foi anulado e que, pretendendo a Câmara



continuar a prestar esse serviço às crianças, encontrou a solução que entende ser a normal, procedendo à abertura de um concurso limitado por quatro meses. Referiu que a Câmara convidou a empresa Gertal porque foi essa quem forneceu, nos últimos três anos, as refeições nas escolas do Concelho, referindo que essa empresa prestou um serviço que não desagradou, explicando ainda que a Câmara não iria, provavelmente, encontrar outra empresa que estivesse na disposição de mudar todo o equipamento para fornecer as refeições escolares somente por um período de quatro meses. Perguntou se, tendo sido anulado o primeiro concurso, a solução seria não fornecer refeições às crianças enquanto o procedimento do novo concurso público não estivesse concluído. -----

Disse, então, que pretendendo a Câmara continuar a servir as refeições nas escolas, abriu um procedimento de aquisição de serviços por ajuste direto, para resolver o problema durante quatro meses, estando agora, com toda a transparência, a abrir um concurso público para três anos, ao qual pode concorrer qualquer empresa do País. -----

Salientou que a previsão da Câmara era que se viesse a produzir despesa até ao ano de 2014 mas que, tendo-se verificado um atraso de alguns meses, e estando a ser aberto um concurso para três anos, que a despesa referente ao mesmo vai prolongar-se pelo ano de 2015. -----

Concluiu salientando que, como não está prevista verba, para 2015, no Plano Plurianual de Investimentos, a Câmara está a pedir autorização à Assembleia Municipal para a repartição de encargos, ressaltando que esta questão é tão clara e transparente que não percebe o porquê de serem levantadas suspeitas sobre uma empresa que nem sequer está presente para se defender. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação, verificando-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 54 votos a favor (PSD: 33, PS: 18, CDS-PP, CDU, Ind.), 1 voto contra (BE), e 0 abstenções, autorizar a repartição de encargos respeitante ao procedimento de aquisição de serviços em epígrafe, pelos os anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, sendo o montante previsível da despesa de 808.761,41 € para 2012, de 1.213.142,11 € para 2013, de 1.213.142,11 € para 2014, e de 404.380,70 € para 2015, valores estes sem IVA. -----

*Reentrou o membro António Topa.* -----



4 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira-----

- Designação de quatro pessoas de entre cidadãos eleitores (Lei n.º 147/99, art.º 17.º, alínea I)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado no seguimento do ofício remetido à Mesa da Assembleia pelo Sr. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 591, em 10 de janeiro de 2012, documento esse enviado oportunamente a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito.-----

Foi presente à Mesa uma proposta, subscrita pelos grupos municipais do PSD, PS, CDS-PP e CDU, no sentido de reconduzir os cidadãos eleitos pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 05 de fevereiro de 2010, nomeadamente os cidadãos eleitores António Manuel Rocha Espassandim, Casimiro Loureiro Dias de Pinho, Alexandra Patrícia Alves de Sousa e Frutuoso Tomé dos Santos Resende, para integrar a comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, com 50 votos, designar os cidadãos eleitores supramencionados, para integrar a comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira. Escrutinaram-se 2 votos contra e 4 votos em branco.-----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 01,00 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

